

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N. 1/2022

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2022

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Manuel Augusto Meirinho Martins

SECRETÁRIOS:

1. Secretário – Germano Fernandes
2. Secretário – Idalina Mendes Lopes

SUBSTITUIÇÕES

António César Marcos Gata *(Substituído por Lídia Martins ribas)*

José António Gonçalves Galhano *(Substituído por Cristina Martins)*

José Alves Escada da Costa

Presidente da Junta de Freguesia de Bismula *(Representado pelo Secretário: Miguel João dos Santos Tomé)*

Presidente da Junta de Freguesia de Quadrazais *(Representado pelo Secretário: António Jorge Gonçalves Romana)*

Junta de Freguesia de Rendo

HORA DE ABERTURA: Quinze horas

LOCAL: Auditório Municipal do Sabugal

As presenças e substituições dos membros de Assembleia e Presidentes de Junta de Freguesia constam do Anexo (I) desta ata e que dela faz parte integrante. -----

Às quinze horas, dado haver quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** cumprimentou os representantes dos Grupos Municipais presentes e, em nome deles, todos os Membros da Assembleia, o senhor Presidente da Câmara, o restante Executivo Municipal, o Público e o Pessoal de Apoio, declarando aberta a Sessão. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1 -----

I. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO: -----

a) ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29-12-2021 -----

Tomando a palavra, o senhor **Presidente da Assembleia** disse ter sido enviada a ata da Sessão Ordinária de 29 de dezembro de 2021. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. -----

Foi então dada a palavra ao senhor **João Manata** que, após cumprimentar os presentes, procedeu à correção da sua intervenção da página 156: "*Quanto mais transparência melhor, se nos portarmos mal as pessoas que saibam.*" -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou a ata à votação. -

A Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a ata da Sessão Ordinária realizada no dia 29-12-2021**. Não participaram na votação os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na referida Sessão, em cumprimento do disposto no n. 3 do artigo 34 do Código do Procedimento Administrativo. -----

Acerca da ata, o senhor **Presidente da Assembleia** afirmou ter uma declaração a fazer, mas uma vez que o visado pela mesma não se encontrava presente na presente sessão, faria e declaração na próxima sessão. -----

PONTO 2 -----

EXPEDIENTE -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** procedeu à leitura do expediente: -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por António César Marcos Gata, tendo sido substituído por Lídia Martins Ribas. -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por José António Gonçalves Galhano, tendo sido substituído por Cristina Martins. -----

➤ **Justificação de ausência**, à presente Sessão, apresentada por José Alves escada da Costa. -----

➤ Ofício da Junta de Freguesia de Bismula a **informar da impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Secretário da Junta de Freguesia, Miguel João dos Santos Tomé**, em cumprimento do disposto na alínea c) do n. 1 do artigo 18. da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n. 4 do artigo 43. do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal. -----

➤ Ofício da Junta de Freguesia de Quadrazais a **informar da impossibilidade de comparecer na presente sessão, fazendo-se representar pelo Secretário da Junta de**

Freguesia, António Jorge Gonçalves Romana, em cumprimento do disposto na alínea c) do n. 1 do artigo 18. da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n. 4 do artigo 43. do Regimento da Assembleia Municipal de Sabugal. -----

➤ Ofício da Junta de Freguesia de Rendo a **informar da impossibilidade de comparecer na presente sessão.** -----

➤ **Relatório Anual da Atividade da CPCJ do Sabugal.** -----

➤ Requerimento apresentado pelo senhor **José Escada**, no dia 29-12-2021 - Inscrição orçamental do Edifício de Expo- Sabugal (da ex- DACHE - Confeções, Lda), que fica anexo à presente ata. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que o assunto fora remetido para o senhor Presidente da Câmara, que por sua vez procedeu ao esclarecimento junto do requerente. -----

➤ Requerimento apresentado pelo senhor **José Escada**, no dia 11-01-2022 - Acesso às gravações áudio e vídeo das duas últimas sessões da Assembleia Municipal do Sabugal de 2021), que fica anexo à presente ata. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que não responderia por ausência do requerente. – Informou ainda que daria conhecimento na próxima sessão, até por necessidade de pronúncia dos membros. -----

➤ Comunicação pessoal dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia “Balanço das duas últimas sessões da Assembleia Municipal”, apresentado pelo senhor José Escada, no dia 11-01-2022, que fica anexo à presente ata. -----

➤ Requerimento apresentado pelo senhor **José Escada**, no dia 16-01-2022 - Lista de Águas Balneares em 2022, que fica anexo à presente ata: -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que remeteu o requerimento ao senhor Presidente da Câmara para os devidos efeitos. -----

➤ De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** informou que tinha dado entrada na Mesa da Assembleia: -----

1. Declaração sobre A Invasão da Ucrânia, apresentada pelo Grupo Municipal do PS: -----
*“Cientes das mortes e sofrimento geral que estão neste momento a ser infligidos ao seu povo pela invasão da Ucrânia, os deputados municipais eleitos pelas listas do Partido Socialista da Assembleia Municipal do sabugal, repudiam, veementemente, este ato de agressão perpetrado pela Rússia, em violação total dos acordos e leis internacionais elaboradas pela comunidade das nações sob a égide da ONU e demais associações internacionais e representadas pelo seu Secretário-Geral António Guterres, a cujas palavras de repúdio deste gesto de agressão também se associam. -----
Mais, desejam manifestar toda a solidariedade ao povo ucraniano, seus legítimos representantes eleitos em sufrágio democrático e universal e suas associações dentro e fora do país, nomeadamente em Portugal, e apelar ao fim do conflito, ao restabelecimento das fronteiras anteriores à ocupação do leste da Ucrânia e da Península da Crimeia – já ocupada desde 2014 – e ao respeito pelo Direito Internacional.” -----*

2. Moção sobre A Invasão da Ucrânia, apresentada pelo Grupo Municipal da CDU: -----
*“A guerra só traz desgraças, nunca resolveu nada no Mundo. Quem sofre são as populações das nações em guerra, direta e indiretamente. -----
Como bem disse Benjamin Franklin, nunca houve uma guerra boa nem uma paz ruim. -----
A guerra na Ucrânia é como todas as guerras: populações a sofrer, pessoas a morrer e a ficarem feridas, instalações a serem destruídas. -----
O único meio para resolver conflitos é sempre o que deve ser feito por via diplomática. -----
Pela Paz, sempre! Contra a guerra, sempre! -----*

A Assembleia Municipal do Sabugal, reunida em sessão ordinária no dia 25 de fevereiro de 2022: -
- Faz uma veemente condenação da guerra na Ucrânia; -----
- Insta o governo da Rússia a resolver a situação pela via diplomática; -----

- *Solidariza-se com a população da Ucrânia que sofre com a guerra;* -----
- *Apela aos governos as potências mundiais para pararem a escalada armamentista a produção de armas.* -----

Assembleia Municipal do Sabugal, 25 de fevereiro de 2022. -----

Sobre a moção, o senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum dos membros pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi concedida a palavra a: -----

Senhor **João Manata**: -----

“Não há nenhuma guerra boa, Como diz o nosso cantor Fausto, por mais que seja santa, a guerra é a guerra. -----

Ao condenarmos a guerra na Ucrânia, porque tem de ser condenada ao violar o direito internacional, mas ao mesmo tempo, na nossa perspetiva, também tem de ser condenada. Todas as guerras têm sido feitas ao arrepio do direito internacional, desde a guerra na Jugoslávia, a ocupação que está a ser feita na Palestina, e todas as outras. -----

A paz é o bem supremo da humanidade, temos de lutar por ela e travar as corridas armamentistas e esta lógica militar que só interessa ao capital do armamento. -----

Viva a paz.” -----

Após cumprimentar os presentes, o senhor **João Manso** disse que relativamente á moção apresentada pelos membros da CDU, os membros do PS respeitam a opinião, e são da opinião que *“devemos condenar inapelavelmente a Rússia por ela, de facto, ter invadido o território de um país independente, e isso devia estar muito claro nessa moção. Como não está nós vamo-nos abster.”* -

Senhor **Germano Fernandes**, após cumprimentar os presentes, disse: -----

“No que respeita à moção apresentada pelo grupo da CDU, eu vou votar contra esta moção, porque a moção, embora dizendo o que diz, não tem uma condenação expressa, firme e determinada da invasão do estado soberano e independente que é a Ucrânia, e é isso que nós temos de aprovar ou não. -----

Condenar a guerra? Pois sim, condenamos a guerra. -----
Apelamos aos esforços diplomáticos? Pois bem. -----
Mas quem é que se recusou à via diplomática? O ditador Putin. -----
E isto basta-me para votar contra esta moção.” -----

Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**, Carlos Borregana, após cumprimentar os presentes disse: -----

“Cumprimento o colega da CDU, não posso acompanhá-lo nas suas declarações, e tenho de votar contra também, ao mesmo tempo que condeno as intervenções dos últimos dias, dos partidos mais à esquerda, nomeadamente do Bloco de Esquerda e do PCP. Declarações essas que não consigo entender e acompanhar. -----

Se é uma questão de datas, na minha terra conta-se uma fábula que vou contar agora: -----
Havia um lobo que estava a beber água num ribeiro, quando avistou um cordeiro e lhe disse ‘Estás a sujar-me a água, por isso, vou-te comer. E o cordeiro ter-lhe-á respondido, ‘Mas se eu estou do lado de baixo de onde tu estás, como é que te estou a sujar a água?’. E o lobo disse ‘Se não foste tu, foi o teu pai.’, então comeu-o. -----

A situação em termos temporais é esta, não há desculpas com o tempo, não vamos invocar o passado, a realidade é esta, houve a invasão de um país por outro, no sentido mais imperialista e autocrático do termo, por ambição e falta de democracia. -----

E, se quisermos complicar um bocadinho mais, terá a ver também com o tipo de regime. -----
Portanto, reafirmo, o meu voto contra.” -----

Foi concedida novamente a palavra ao senhor **João Manata**: -----

“Foi aqui dito, pelo Borregana, que é uma questão de regime. -----
Nesta moção nós estamos a condenar veementemente a intervenção russa na Ucrânia. -----
Claro que há antecedentes muito graves, como sindicalistas serem queimados em Odessa, na casa onde estavam reunidos. São antecedentes e nada o justifica. -----
Quanto ao regime, o Putin está muito mais próximo do PSD do que está de nós. Ele é um ultraliberal, que é produto da oligarquia russa que, junto com o capital internacional roubaram os bens do povo soviético. -----

Agora não me venham com a história que é uma questão de regime, como se o Putin fosse algum comunista e é defensor do mais selvagem capitalismo." -----

Na sequência da moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, o senhor **Presidente da Assembleia** disse que considera que os *autores da moção fazem uma espécie de proposta mitigada, uma vez que não há nada no documento que faça uma condenação da intervenção da Rússia na Ucrânia. A moção, ao contrário da intervenção do grupo municipal do Partido Socialista não é clara nesta matéria.* -----

Antes de colocar o ponto à votação, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **António Serra** que, após cumprimentar os presentes, perguntou se a moção do Partido Social Democrata era sobre a guerra na Ucrânia, ao que o senhor Presidente da Assembleia negou. Prosseguiu dizendo que sobre a moção da CDU começou por dizer que partilha da opinião da maioria dos que falaram. *"Se a declaração do Partido Socialista fosse uma moção, eu votaria a favor. Porque, o que nós temos de condenar como cidadãos, o que está a acontecer e ser claros. É uma agressão, é uma invasão. É uma guerra declarada cujos fins está a pôr em causa toda a ordem internacional. E se não houver o bom senso dos líderes mundiais, poderá resultar na destruição da terra.* -----

Temos de ser muito cuidadosos neste assunto e fazer uma condenação clara. Portanto, eu não vou votar a favor da moção da CDU apenas porque não é clara nesse ponto. Toda a gente está contra a guerra, mesmo nós, portugueses, olhando para o nosso passado, em que devemos ter orgulho, também temos o nosso peso na consciência, mas temos de ver as coisas ao nível do conhecimento da altura. Em pleno século XXI não se admite que haja um ditador tipo século XIX." -----

Não havendo mais intervenções, e colocada a Moção à votação, a **Assembleia Municipal deliberou**, por maioria, **rejeitar a Moção apresentada.** -----

Antes de apresentar a proposta do grupo municipal do PSD, o senhor **Presidente da Assembleia** tomou a palavra para clarificar a diferença entre 'deputados', 'eleitos' e 'membros'. -----

Recorrendo ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, e de forma a todos os grupos municipais padronizarem este tipo de situações, disse que *“opta-se por fazer referência aos membros da Assembleia Municipal, uma vez que está formalmente em consonância com a terminologia constante na Lei 169/99 e o Regime Jurídico das Autarquias Locais. Ainda que o termo deputado municipal surja em alguns regimentos e seja utilizado frequentemente no decurso dos trabalhos, a verdade é que tal termo não só não encontra correspondência com o quadro legal existente, como também se apresenta em contradição com este.”* -----

Solicitou, o senhor **Presidente da Assembleia**, que se use o termo 'membro' ao se dirigirem aos eleitos da Assembleia Municipal. -----

Foi concedida a palavra à senhora **Marisa Martins** que, após cumprimentar os presentes, disse: --
“No seguimento de ser tudo tratado igual por membros, faço um reparo, porque uns são doutores, outros são senhores. Independentemente do cargo que desempenhemos fora, ficava melhor termos sempre a mesma designação.” -----

3. Proposta de alteração da regra regimental de distribuição do tempo de intervenção dos membros da Assembleia, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD: -----

“1. No que respeita às regras do uso da palavra no Período Antes da Ordem do Dia, o número 1 do artigo 28 do Regimento, estabelece que «ao Presidente caberá definir, equitativamente, o tempo de intervenção de cada orador inscrito, em função do número destes»; -----

2. Tal regra não respeita o princípio da proporcionalidade de representação dos grupos municipais decorrente dos resultados eleitorais, o que provoca desequilíbrios significativos nas intervenções de cada grupo; -----

3. Por outro lado, a distribuição equitativa, tem sido usada de forma indiscriminada, o que permite situações de múltiplas inscrições por parte de representantes de grupos municipais que, depois, cedem o tempo a outros membros do mesmo grupo, desvirtuando assim, tal princípio; -----

4. Acresce ainda que o princípio vigente não permite estabilizar a preparação das intervenções dos diversos grupos municipais, dada a incerteza que cria quanto ao número de inscritos e ao correspondente tempo de intervenção que cabe a cada um, levando a situações em que membros preparam intervenções com duração muito superior ao tempo final que depois dispõem; -----

Em face do exposto, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe a alteração ao artigo 28 do regimento da assembleia Municipal do Sabugal, que passa a ter a seguinte redação: -----

1. O tempo de intervenção no período antes da ordem do dia é distribuído de forma proporcional aos resultados eleitorais pelos diversos grupos municipais constituídos, incluindo, se for o caso, o grupo constituído pelos Presidentes de Junta de Freguesia eleitos na condição de independentes;
2. Compete a cada grupo municipal gerir a utilização do tempo que resultar da distribuição indicada no ponto anterior, -----
3. Compete à Mesa da Assembleia, apresentar no início de cada mandato, a grelha de atribuição dos tempos de intervenção a cada grupo, decorrente da aplicação do princípio estabelecido no ponto número 1. -----

A presente alteração só produz efeitos após aprovação pela Assembleia da grelha referida no ponto 3, solicitando-se que a Mesa da Assembleia possa apresentar com a maior brevidade possível. ----

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe ainda que, dada a alteração agora proposta, se proceda a uma revisão do Regimento da Assembleia Municipal em vigor.” -----

Colocada a proposta à discussão, o senhor **Presidente da Assembleia** perguntou quem pretendia intervir. Na sequência de inscrição, foi dada a palavra a: -----

Senhor **João Aristides** que disse: -----

“Esta proposta é ad homine, por causa do senhor José Escada. Toda a gente sabe que ele ocupa o tempo, mas acho que esta proposta foi feita por causa dele.” -----

Senhor **Jorge Dias** que, após cumprimentar os presentes, disse: -----

“Não é uma proposta feita para visar ninguém, apenas seguir o resultado das eleições que determinaram o número dos eleitos desta Assembleia. Acho que é com justiça que o tempo seja proporcional ao número de elementos que tenham.” -----

Após cumprimentar os presentes, o senhor **João Calva** tomou a palavra para dizer: -----

"Tinha sido proposto no anterior mandato uma revisão ao regulamento da Assembleia. Ao estarmos a votar isto é só um ponto do regimento. Não seria melhor esperar que os grupos que se tinham comprometido rever o regulamento total, e se acharem que devem incluir esse ponto no regimento, votar-se-ia tudo de uma vez. Corremos o risco de estarmos a votar um ponto de cada vez, e quando dermos conta não sabemos qual é o regimento em vigor." -----

Senhor **Alexandre Gonçalves** após cumprimentar os presentes disse: -----

"O Grupo Municipal do PS vai votar contra a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, pois parece-nos que a mesma é descabida. O Presidente da Assembleia Municipal tem feito uma boa gestão do tempo relativa às intervenções no período Antes da Ordem do Dia. Esta proposta devia ter sido discutida com todos os representantes dos Grupos Municipais. No nosso entender, o período Antes da Ordem do Dia não devia ter tempo limitado, devia ter uma, duas, três ou quatro horas, uma vez que há assuntos demasiado sérios no nosso Concelho que merecem ser debatidos de uma forma alargada e sem limite de tempo." -----

Senhor **João Manata**: -----

"Concordo plenamente com o senhor João Calva, acho que é um assunto que se deve resolver no novo regimento. E também me custa que as coisas sejam feitas para uma só pessoa. É complicado, com tal, vou votar contra." -----

Solicitou novamente a palavra o senhor **Jorge Dias**: -----

"No final da proposta, aquilo que está escrito é que haja uma revisão por completo do regimento." -

Seguiu-se a senhora **Marisa Martins**: -----

"Não percebi muito bem a parte das Juntas independentes. E eu não concordo nada com uma distribuição assim. O tempo distribuído proporcionalmente por partidos significaria que, se alguém tem alguma coisa importante para ser tratada, não pode porque não tem tempo, e o outro partido não gasta o tempo que tem. Acho que tem de haver bom-senso mais que tudo. Não deixa de ser coincidência esta proposta depois da última Assembleia, mas não estou a par se há alguma Assembleia onde haja a distribuição do tempo assim." -----

Após cumprimentar os presentes, o senhor **Presidente da União de Freguesias da Lageosa da Raia e Forcalhos, João Nunes**, disse: -----

"Concordo em parte com a moção porque há vários abusos das pessoas, que se fixam em si mesmas, e se calhar isto vai de encontro à última Assembleia Municipal. Acho é que deve haver um equilíbrio, até porque lhe louvo a cordialidade na gestão dos tempos, porque toda a gente se tem conseguido exprimir de acordo com a gestão dos tempos. -----

Concordo com o João, o regulamento deve ser visto no seu todo. Eu não sou a pessoa indicada para ajudar nessa revisão, mas, em cada grupo municipal há pessoas dessa área que podem ajudar na revisão. É muito arriscado estarmos só a votar um ponto, quando o regimento deve ser revisto por inteiro. Mas concordo que mediante o número de mandatos atribuídos para a Assembleia Municipal deve ser gerido o tempo. -----

Também é previsto ver que os Presidentes de Junta apesar de estarem aqui por inerência, muitas vezes também têm a opinião pessoal. -----

O assunto não deve ser votado só assim, deve ser definido aqui que tem de se rever este ponto e definir bem os critérios." -----

Senhor **António Dionísio** que, após cumprimentar os presentes, disse: -----

"Só queria dizer que este pode se um ponto importante para evitar o que aconteceu na última Assembleia. Embora, votarmos isto à parte de uma revisão completa do regimento é completamente descabido. aliás, até porque temos noção disso, o senhor Presidente da Mesa tem, por hábito, fazer uma boa gestão do tempo. Lá por uma reunião não ter corrido tão bem, não quer dizer que tenhamos de alterar de imediato este ponto. -----

Portanto, reitero, eu acho que é completamente descabido votarmos esta proposta neste momento." -----

Ainda sobre a proposta, tomou a palavra o senhor **Presidente da Assembleia**: -----

"O Presidente tem estado confortável com o princípio da distribuição do tempo de forma equitativa? Não. Uma coisa é alguns membros da Assembleia considerarem que o Presidente tem feito um esforço de harmonização das intervenções. Isso é o meu papel, com o regimento que temos, tenho de o cumprir, mas não concordo com a distribuição equitativa do tempo em função do número de -----

inscritos. Coloco à Assembleia o seguinte ponto para refletir: se concordam com a viciação dos tempos de intervenção, patente, por exemplo no facto de se inscreverem vários membros de um mesmo grupo municipal e depois alguns cederem o tempo a membros do mesmo grupo. -----

Este é um dos problemas que o atual método de distribuição do tempo provoca, razão pela qual tenho muita dificuldade em aceitar uma distribuição de tempo que é adulterada pelos próprios membros. Mas, a essência da questão é mais de princípio, que é o que é proposto pelo grupo municipal do PSD, que não está a propor nada de operacional nem que entre já em vigor. Está a colocar à Assembleia um ponto sobre o qual temos de refletir e deliberar, que é a aprovação do princípio da divisão proporcional dos tempos. Só depois é que é aprovada uma grelha onde é apresentada a divisão dos tempos. Ninguém está a impor uma alteração ao regimento. Subscrevo por inteiro a proposta, até porque este problema já foi levantado pelo Presidente muito antes da sessão anterior, e o Presidente já afirmou várias vezes que era defensor do princípio de proporcionalidade e que iria fazer com que fosse discutido. A proposta não tem nada a ver com o membro da Assembleia que foi referido pelo Senhor João Aristides, até porque tem havido muitos casos de membros que não deixam de abusar do tempo de intervenção por falta de critérios objetivos para o efeito, incluindo casos de membros que traziam intervenções escritas sem considerar qualquer limite temporal de intervenção. -----

Outro aspeto que gostaria de referir é o seguinte: nesta matéria, o que é mais democrático é distribuição do tempo pelo princípio proporcional. Os membros da Assembleia devem formar a sua opinião pessoal e política, mas não podem deixar de estar atentos à realidade. Qual é o sentido global dos regimentos das Assembleias Municipais do país? Não vale a pena discutir como se faz a distribuição dos tempos na Assembleia da República, ou têm alguma dúvida que é em função da representação dos resultados eleitorais? -----

O sentido é este e passo a ler: 'O quarto aspeto do sentido global de todos os regimentos é a consagração do princípio da representação proporcional quanto à composição das mesas das Assembleias Municipais, e também da introdução de uma metodologia de estabelecer grelhas de tempos de intervenção baseadas no princípio da distribuição proporcional corrigida, ou seja, que preveem aos grupos municipais um tempo de intervenção correspondente aos resultados e distribuição da proporcionalidade. Portanto, isto é a prática que segue o princípio da distribuição dos votos que cada um teve. Quem faz a representação das Assembleias não somos nós, são os

eleitores. Portanto, o princípio da distribuição dos tempos de intervenção do período da Ordem do Dia não é equitativo, mas antes baseado no princípio da distribuição proporcional, em face dos resultados eleitorais. -----

A grelha aponta que a mesa faça uma proposta de distribuição em função dos resultados eleitorais. E depois importa corrigir essa proposta para evitar desvios excessivos dos grupos minoritários. A questão operacional é uma, a questão de princípio é outra. O que está a ser debatido na proposta do PSD é o princípio. A entrada em vigor pode ser remetida para quando o regimento for revisto. -- O que está em causa é a aprovação do princípio da distribuição proporcional. A sua aplicação concreta terá de ser discutida em sede de revisão do regimento. -----

De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia**, a propósito da tão falada revisão do regimento, questionou quais os membros disponíveis para integrar a comissão de revisão regimental. Não havendo voluntários, o senhor Presidente da Assembleia referiu que iria constituir um grupo de trabalho para iniciar o processo de revisão do regimento. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** questionou se havia alguma questão adicional. -----

Foi então concedida a palavra ao senhor **João Aristides**: -----

"Da outra vez, com o senhor José Escada, o senhor Presidente disse que não era preciso fazer revisão do regimento, pois estava tudo dentro da lei. E uma vez disse-me que não era preciso fazer nada porque o regimento estava dentro da lei, e agora está a dizer que há várias coisas que estão desatualizadas. Era isso que queria ver esclarecido." -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Assembleia** aconselhou o senhor João Aristides para ler as atas, "o que eu tenho dito não é nada disso que o senhor está a referir. Uma coisa é apresentarem uma urgência extrema para rever o regimento com base no argumento que está desatualizado. Estou nesta assembleia há 8 anos, e já muitos membros abordaram esse assunto com base neste argumento. Há 4 anos, na tomada de posse, que correu mal neste aspeto, um membro do grupo municipal do PS pediu a palavra para dizer que tínhamos de rever o regimento, seguiu-se um outro membro que referiu exatamente o mesmo. E eu tenho dito, e mantenho, que o regimento não está desatualizado a ponto de tal urgência e que qualquer processo de revisão pode ocorrer mas não

por razões desta natureza, até porque grande parte da matéria regimental de fundo é regulada pela lei, à qual estamos sujeitos-----

Há três ou quatro matérias operacionais que precisam de ser revistas, e a distribuição dos tempos de intervenção é uma delas. -----

Não há nenhuma urgência particular em rever o regimento, até porque o suporte legal permite que funcione sem problemas, coisa diferente é melhorarmos o que temos.” -----

A título de exemplo, o senhor Presidente da Assembleia disse que de um dos primeiros artigos do Regimento ainda se refere à anterior revisão das freguesias, no entanto, não há urgência em alterar porque a lei determina isso. *“Não vamos fazer um regimento a repetir tudo o que está na Lei. Há matérias que têm de ser ajustadas, outras melhoradas e outras inovadas.”* -----

Foi concedida a palavra ao senhor **João Manso** que referiu estar de acordo com o que o senhor Presidente disse. *“No entanto, acho que a proposta do PSD deveria ter sido discutida numa reunião prévia entre os diferentes membros dos partidos políticos da Assembleia Municipal. Eu não recebi nenhum telefonema para discutir e falar sobre esse assunto. Se isso fosse discutido previamente já não havia esta confusão com este assunto.* -----

Também estarei cá, pode contar comigo e com os membros do PS para essa revisão do Regimento.”

O senhor **Presidente da Assembleia** respondeu que o que está na proposta é o princípio, na fase da operacionalização todos serão chamados. -----

“O grupo municipal do Partido Socialista subscreve ou não a representação proporcional? Se é eleito na base da representação proporcional, não vejo porque não possa subscrever a distribuição do tempo em função do resultado que obteve. -----

Isto é uma situação não discutível. Estamos sujeitos a um regime eleitoral de base proporcional na Constituição. Somos eleitos na base proporcional, temos os resultados na base proporcional, temos os assentos na Assembleia na base proporcional, e depois falamos numa base de igualdade? Qual é o sentido disto? Então porque não distribuimos os votos igual para todos? Temos de tirar consequências da eleição, e uma primeira consequência é que o princípio da proporcionalidade seja exatamente o mesmo das intervenções.” -----

Para terminar, tomou a palavra o senhor **João Manata** que disse ficar esclarecido e “*vou mudar o meu sentido de voto. Claro que acredito no princípio da proporcionalidade, isso é que é a democracia. E como 70 ou 80% da Assembleia não intervém, não vai haver falta de tempo.*” -----

Não havendo mais intervenções, colocou o ponto à votação. -----

A **Assembleia Municipal** deliberou, por maioria, **aprovar a proposta apresentada, com 14 votos contra e 4 abstenções.** -----

Pelo **Grupo Municipal do Partido Socialista** foi apresentada a seguinte **declaração de voto:** ----

“*Votámos contra porque achamos que deveria ter havido uma reunião prévia onde estas questões deveriam ter sido discutidas e já não estávamos aqui a perder todo esse tempo que estamos a roubar à Assembleia.*” -----

Na sequência da declaração de voto, o senhor **Presidente da Assembleia** disse: -----

“*Não me parece correto que o senhor João Manso considere que um debate e o esclarecimento que fiz, uma perda de tempo. O seu argumento é que me parece uma desconsideração à Assembleia, porque não é uma perda de tempo. Nós não estamos numa Assembleia mecânica. A Assembleia Municipal da qual fazemos parte não é uma máquina que se refuta ao debate e à discussão dos temas.*” -----

Na sequência de inscrição foi dada a palavra à senhor **Marisa Martins:** -----

“*O senhor Presidente contradiz-se no que acabou de dizer. Então divide-nos o tempo proporcionalmente, mecanicamente, e agora diz que nada é uma perda de tempo, que aqui não há tempo.*” -----

Acho que, coerentemente, aquilo que acabámos de fazer e as suas palavras são uma autêntica contradição. -----

Também se devia dizer nesta Assembleia que as pessoas respeitassem quando um membro fala.”

Em resposta, o senhor **Presidente da Assembleia** disse que uma coisa não tem nada a ver com a outra. *“O que disse ao senhor João Manso é que não parece correto que tenha terminado a intervenção da declaração de voto em que referiu que se evitava que estivéssemos a perder tempo. E eu não subscrevo que um membro da Assembleia considere que o debate seja uma perda de tempo.”* -----

PONTO 3 – ASSUNTOS DIVERSOS -----

De seguida o senhor **Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos do Ponto III. -----

Na sequência de inscrição, foi dada a palavra aos seguintes Membros da Assembleia Municipal: -

Senhor **Jorge Dias**: -----

“Relativamente à última Assembleia Municipal, cuja ata foi aprovada agora mesmo, o grupo municipal do PSD condena veementemente algumas das intervenções na Assembleia, quer nos termos, quer nos conteúdos, e que de forma despropositada que arrastaram os trabalhos da Assembleia. -----

Consideramos que os trabalhos da Assembleia têm sido conduzidos de forma exemplar, que o desempenho do Presidente da Assembleia tem contribuído para dignificar, e que tem pugnado para garantir a democraticidade de todos os membros e grupos municipais. Pelo que, repudiamos os termos e narrativa que o membro desta Assembleia, senhor José Escada, usou em particular na anterior sessão desta Assembleia, como repudiamos a forma enviesada e falaciosa de intervenção a propósito do funcionamento da mesma e da forma como é conduzida pelo Presidente, e que o referido membro usa nas redes sociais onde não é exequível o contraditório.”

Senhor **Alexandra Gonçalves**: -----

“A Câmara Municipal do Sabugal, em articulação com o CLDS4G (Contratos Locais de Desenvolvimento Social Quarta Geração) “Sabugal Ativo”, promoveu, no mês de janeiro, a

representação teatral “Uma Família Romana Visita a Escola”, para os alunos do 5.º ano do Agrupamento de Escolas do Sabugal. -----

A ideia desta atividade surgiu no mês de novembro, quando decorreu, e no âmbito do PIICIE (Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar) “Educa+Sabugal”, uma Oficina de Teatro dirigida aos alunos do ensino profissional. -----

Aplaudo estas iniciativas, contudo tenho a certeza, por experiência própria, que somente os projetos de continuidade conseguem edificar valorosos e distintos contributos para os territórios. Na verdade, estas atividades devem transformar-se em autênticos e abrangentes projetos, ou seja, com sessões semanais e durante um longo período de tempo. É seguramente importante que os jovens sejam identificados e perfilhados como protagonistas. -----

Existem criativos no nosso Concelho, alguns deles são funcionários da Câmara Municipal, que estão completamente preparados para concretizar este tipo de projetos. Os projetos devem ter lugar nas escolas, assim como em outras instituições, por exemplo lares de idosos. A educação, como sabemos, não está circunscrita às escolas. É fundamental combater o insucesso escolar, e promover as tão apregoadas inclusão e literacia. -----

É seguramente importante impulsionar a inclusão social de todos, assim como melhorar a qualidade de vida das pessoas e dos grupos através de práticas artísticas. Um território verdadeiramente inclusivo e educador tem um conjunto de iniciativas de intervenção social, através da arte, junto de crianças e jovens, reclusos, pessoas portadoras de deficiência e cidadãos com problemas de saúde mental. A inclusão, a reflexão, o pensamento crítico, a valorização da diversidade cultural, o aperfeiçoamento das capacidades cognitivas e sociais, a ligação à literacia, a amputação dos preconceitos e a diminuição da discriminação em relação às pessoas mais vulneráveis constituem condições que devem ser permanentemente avigoradas. A cultura também deve ter o papel de organizar as práticas pedagógicas. É relevante para o Concelho conceber novos artistas.” -----

Senhor **João Manso**: -----

“Com as alterações climáticas que o mundo está a viver, estas são cada vez mais visíveis no nosso concelho. Senhor presidente da Câmara, é urgentíssimo colocar o regadio do concelho do Sabugal como uma obra prioritária, para poder combater a falta de água. É importante, neste ano de seca vir para a comunicação social prometer apoio e ajudas aos nossos agricultores como o senhor Presidente muito bem fez, mas, mais importante, de uma vez por todas começar com esta obra do regadio, esta sim uma obra estruturante para o desenvolvimento do nosso concelho, e para o bem-estar de toda a nossa população. Como bem sabe, terá o apoio incondicional dos vereadores e dos membros do Partido Socialista do Sabugal. -----

Senhor Presidente, temos também tantas nascentes de água de ótima qualidade, e volto a trazer uma ideia do nosso saudoso Manuel Rito, que tinha o sonho de construir no nosso concelho, uma empresa de engarrafamento de água. Com tantos estudos e projetos que são feitos na Câmara Municipal, acho que deveria tentar pôr esta ideia em prática. Destas captações de água antigas que existiam para abastecer as populações, estão todas elas a funcionar? Quantas já tiveram intervenções? Ou quantas podem vir a ter da Câmara Municipal?” -----

Senhor António Serra: -----

“Senhor Presidente, gostava de saber como estão os planos de investimento do mandato anterior, os atuais em execução e, futuramente, que investimentos pensa fazer a nível do concelho.” -----

Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, **Carlos Borregana:** -----

“Tinha uma pequena intervenção sobre a questão da Ucrânia, não a vou fazer, penso que já ficou esclarecida. Queria apenas dizer que devemos continuar a acarinhar a democracia e estar atentos a todos os sinais que a podem fazer perigar. -----

Gostava de saber se o senhor Presidente da Câmara estava em condições de nos atualizar relativamente ao processo do lítio.” -----

Senhor Norberto Pelicano, após cumprimentar os presentes: -----

"Relativamente à seca, qual é a estratégia do executivo tem para o nosso concelho para mitigar os efeitos da seca, como apoio às pessoas que vivem da agricultura e da pecuária no nosso concelho." -----

Senhora **Marisa Martins**: -----

"Pediram-me para questionar o senhor Presidente se sabe como está a situação do nome da rua que tinha sido solicitada pelo Padre Soito, fazia 101 anos a 9 de março, e tinha sido pedido na altura dos 100 anos, e pediram-me para questionar se há desenvolvimentos. -----

Relativamente à questão do lítio, gostávamos de saber a posição do senhor Presidente da Câmara na reunião com o Ministro do Ambiente a 10 fevereiro 2022. -----

Como é público os vereadores e membros do PS Sabugal estiveram desde a primeira hora com as preocupações dos presidentes de junta e das populações do nosso concelho, e votaram favoravelmente a moção aqui apresentada na última Assembleia Municipal. -----

Como todos sabemos parte do território do nosso concelho irá ser abrangido pelo programa de prospeção e pesquisa de lítio. -----

Devemos estar atentos durante os próximos 3 anos e esperar pelos resultados dos estudos. Se se vier a confirmar que há zonas rentáveis para a exploração e aí a câmara terá de estar preparada para poder ter uma base negocial forte com o poder central para proteger o nosso território e as nossas populações do impacto destas explorações. Relembro a sugestão já deixada na comunicação social "porque não pedir a ligação à A23". -----

Senhor **João Manata**, que apresentou as seguintes questões: -----

"- Pertenci vários anos à Comissão de Toponímia, e propus várias vezes que fosse atribuído o nome do bombeiro do Soito que morreu num incêndio. Acho que era de toda a justiça, quando houvesse oportunidade, arranjar-lhe o nome de uma rua no Soito, porque deu a vida pela causa pública. -----

- Que medidas, em relação à seca, a Câmara está a pensar tomar para poupança de água e quais.

- Sobre a rua 5 de outubro, está a deteriorar-se de dia para dia, penso que o empreiteiro já deveria ter tomado uma posição em relação a isso. -----

- No anterior mandato, foi-me prometido nesta Assembleia, pelo senhor Presidente Eng.º António Robalo que o Largo da Fonte iria ter sanitários condignos, porque as pessoas que ali vão queixam-se e é uma necessidade." -----

Senhora **Silvina Vaz** que, após cumprimentar os presentes, disse: -----

"Saiu um estudo da Deco onde se compararam os preços da água dos vários concelhos do distrito da Guarda. Nesse estudo, as tarifas de água do nosso concelho são das mais caras, embora também seja verdade que os resíduos sólidos urbanos do nosso concelho tenham das tarifas mais baixas. Temos uma enorme albufeira, que é a nossa barragem, que como sabemos fornece água para outros concelhos e inclusive a Cova da Beira. -----

Senhor Presidente, seria importante reunir com quem de direito, para uma vez por todas todos os sabugalenses pudessem tirar dividendos e um recurso que é nosso. A água já é e será um recurso valiosíssimo do nosso concelho. -----

O nosso concelho começa a ser conhecido também pelas suas praias fluviais, e está na hora, senhor Presidente, de apoiar as Juntas de Freguesia para a obtenção de bandeiras azuis. Para essas praias é necessário mais investimento em infraestruturas, pois daria uma enorme dinâmica às nossas freguesias. -----

Como informação, quero esclarecer que a Junta de Freguesia de Quadrazais solicitou por duas vezes à técnica do ambiente para organizar o dossier para a praia de Quadrazais se candidatar a bandeira azul. Nunca nada foi dito ou feito. -----

Para finalizar, solicitava que o senhor Presidente informasse esta Assembleia se as obras da rede de água de Quadrazais já foram dadas como concluídas." -----

Após cumprimentar os presentes, o senhor **José Nunes** disse: -----

“O Município do Sabugal faz agora parte da Comissão de Cogestão da Reserva Natural da Malcata. Gostaríamos de saber quais as ações e investimentos que o Município tem previstos para esta cogestão.” -----

Senhor **Germano Fernandes**: -----

“Com a anuência do senhor Presidente da Assembleia Municipal, informo que conjuntamente com ele participei no III Congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais que decorreu na Covilhã, no passado sábado. Os trabalhos decorreram durante todo o dia, de uma forma intensa e permanente. Para além da alteração aos estatutos e da eleição dos órgãos sociais, foi debatida, analisada e votada uma moção muito abrangente quanto às atribuições e competências das Assembleias Municipais, nomeadamente o papel fiscalizador ao executivo municipal, no papel de apreciação e votação de determinados pontos de interesse para o Município e também da interligação com outros departamentos e outros órgãos do poder político local e poder político nacional. Da parte da tarde decorreu um painel em que estiveram presentes o secretário-geral adjunto do Partido Socialista José Luís Cameiro, o deputado do PSD José Manuel Fernandes – eurodeputado e Cecília Meireles, jurista e deputada do CDS. O tema era Regionalização, Poder Local e Governação Multinível, e aqui foi debatida a questão da descentralização de competências para os órgãos autárquicos atualmente existentes e a possível regionalização e a transferência de poderes para as regiões a criar. Foram analisadas situações que tenham ligação com as competências que o poder central está disposto a transferir para as regiões e autarquias; os impedimentos e as obrigações constitucionais, e outras situações que possam resultar da posição dos municípios aceitarem ou não. E, ainda também com a transferência de poderes do poder central para o poder regional e local, o que é que irá acontecer aos departamentos que a nível central exercem essas competências. Podem consultar isto no site da Associação Nacional das Assembleias Municipais. -----

Um outro ponto tem a ver com a publicação feita no Semanário do Interior deste mês, relativamente às 50 maiores empresas do distrito da Guarda, ano 2020, onde estão referidas duas empresas do Sabugal que são: DistriSabugal Supermercados Lda., Lactibar – Lacticínios do Sabugal S.A., com um volume de negócio aproximado de 5 milhões de euros, eu quero manifestar

apreço e simpatia a estas empresas, cumprimentando os seus acionistas, os seus gerentes, os seus administradores, e fundamentalmente os trabalhadores que dão vida e contribuem para este sucesso das nossas empresas. Que o sucesso continue porque são, de facto, duas empresas que prestigiam não só a região, mas, fundamentalmente o nosso concelho. -----

Para terminar, quero manifestar o meu repúdio e a minha total indignação pela invasão da Ucrânia, por decisão do poder político russo, nomeadamente do Presidente Putin, que é um ditador, que não olha a meios para atingir fins que não têm qualquer justificação, são vidas humanas. Está em causa o sofrimento de muitas pessoas, e isso é inqualificável. A atitude da Rússia é uma atitude criminosa, não só do ponto de vista do direito internacional, mas também é criminosa do ponto de vista pessoal. Nada justifica isso. É desumana, violenta, nojenta até. De modo que o meu repúdio fique consignado em ata, a minha revolta muito intensa e muito forte." -----

Senhor Francisco Carvalho: -----

"A minha intervenção vai no sentido de saudar o retorno da programação cultural desta casa, onde hoje nos encontramos, com o retorno da programação do auditório do Sabugal. Saudar o investimento que o Município sempre faz, uma vez que há semelhança daquilo que é usura, as entradas são gratuitas, o investimento em cultura é fundamental, ainda mais depois dos anos de pandemia, em que o setor cultural foi dos mais afetados. -----

Queria também ressaltar a iniciativa a que o membro da Assembleia Alexandre Gonçalves já referiu, da visita da Família Romana às escolas. E a inauguração da exposição de pintura 'Viagens' do nosso conceterrâneo António Teles. -----

É de louvar que o Município continue a investir numa programação vasta, dirigida a faixas etárias diferentes, e que abrange espetáculos com um repertório vastíssimo, dos mais clássicos aos mais contemporâneos, e que agradam a uma heterogeneidade públicos." -----

Findas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** que, após cumprimentar os presentes, tomou a palavra para informar os

representantes das Juntas de Freguesia que, no fim da sessão, ser-lhes-ia entregue um kit com uma bandeira e o protocolo a adotar aquando de situações cerimoniais e luto nacional. -----

Informou também que seriam distribuídas fotos da sessão da tomada de posse a todos os membros e uma pequena lembrança que não foi possível distribuir na última sessão, uma vez que se realizou on-line. -----

Prosseguiu, dando resposta às intervenções feitas. -----

“Sobre a intervenção do membro Jorge Dias não tenho muitas considerações a fazer, já foi discutida aqui essa questão, e também me associo a essa situação. É importante que todos nós tenhamos comportamentos adequados, até mesmo quando as Assembleias já terminam, nomeadamente quando são on-line e se tem o equipamento ligado, para que não sejamos apanhados em situações menos corretas.” -----

Acerca da intervenção do senhor Alexandre Gonçalves, o senhor Presidente da Câmara passou a palavra à senhora **Vice-Presidente da Camara**, uma vez que está a acompanhar o projeto em causa. Após cumprimentar os presentes disse: -----

“Relativamente à atividade ‘Visita de uma Família Romana à Escola’ não aparece de uma forma desgarrada. É uma atividade que surge no âmbito de uma parceria que temos entre CLDS e o agrupamento. O Anel de Pedra tem também uma parceria com o CLDS, e desenvolve semanalmente uma atividade, ou seja, todas as semanas um grupo de pessoas junta-se e fazem teatro. Têm peças que têm vindo a apresentar. Esta surge no âmbito de uma parceria com o agrupamento e com as escolas do concelho para mostrar aos alunos como seria uma família romana. -----

Relativamente a outras atividades, há muitas outras atividades, dirigidas não só para o Agrupamento, mas também com pais. Portanto, em relação ao serviço de educação e ação social, temos uma área que é o Educa +, na qual desenvolvemos várias atividades, por vezes em parceria com o agrupamento de escolas ou com o CLDS, ou outros parceiros que possam vir a trazer benefícios às atividades.” -----

O senhor **Presidente da Câmara** prosseguiu com os esclarecimentos: -----

“Sobre a questão do regadio já foi referido aqui que, no âmbito do pacto da CIM, no PT2030, colocámos esta obra como uma obra sinalizada. Isto é, prolongamento do regadio no Sabugal onde seja exequível de ser feito, onde haja quota. Esta obra será sempre uma obra da tutela, uma vez que a Câmara não tem capacidade para executar esta obra.” -----

Acerca da escassez de água, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

“Estamos a elaborar um plano de contingência para utilização e gestão da água. -----

Estou à espera de confirmação de uma reunião com os dois organismos que tutelam a água, o dono da barragem – DGADR - e a APA, que faz a gestão da água. Estamos à espera de uma reunião conjunta com o objetivo de entregarmos um caderno reivindicativo de algumas situações que se passam no concelho, e para não acontecer o que aconteceu em 2019, em que a barragem chegou a uma capacidade de 35%, quando o plano de ordenamento da barragem não permite isso. -----

Este ano estamos muito atentos para que isso não volte a acontecer, para que não se repita a situação de 2019 que afetou a biodiversidade, praias fluviais, bem como o aspeto desolador que a barragem apresentou. -----

Nessa reunião também será debatido o desperdício de água na Cova da Beira, porque em muitos sítios as propriedades não têm contador, a água é paga ao hectare, o que leva a um descontrolo na utilização da água, e isso não pode acontecer. -----

Para além disso, também estamos a elaborar um plano de contingência para a água em situações de seca extrema no Sabugal, onde verte um conjunto de situações que vamos pôr em prática. Irá ser objeto de discussão e deliberação em Reunião de Câmara, e posteriormente dar-se-á conhecimento à Assembleia Municipal. -----

Estamos atentos à questão da água para fornecimento da atividade agropecuária do concelho. Neste momento, estamos em condições de reativar 13 captações antigas, no sentido de as colocar ao dispor dos nossos agricultores. -----

Em relação aos apoios aos agricultores, aquilo que eu referi na comunicação social é que, se necessário for, faremos alguns furos artesianos para colocar ao serviço da população, não para fazer nas explorações. Para isso há candidaturas próprias, e penso que a tutela irá disponibilizar medidas de apoio aos agricultores, para se poderem candidatar nestas áreas." -----

Sobre a atividade de obras e projetos que provinham do mandato anterior, levantada pelo senhor António Serra, o senhor **Presidente da Câmara** informou que estão praticamente todas prontas para avançar: -----

"Entrada Sul tem visto do Tribunal de Contas que chegou na semana passada – Obra de 1 milhão e 100 mil euros, arrancará dentro de dias. -----

- Smart Work Center: a candidatura foi aprovada há cerca de 2 meses, estamos a analisar as propostas e pedido de visto do Tribunal de Contas. É um investimento de 1.200.000,00€ financiado a 85%. -----

- 2.ª Fase da Praia Fluvial: é uma obra no valor de 722 mil euros. Está em fase de análise de propostas, não necessita de visto de Tribunal de Contas, e arrancará no primeiro trimestre do corrente ano. -----

- Via Ciclável de Mobilidade Suave: é um investimento no valor de 1 milhão e 643 mil euros. É uma candidatura aprovada em 50 % porque a obra implica a reabilitação de infraestruturas de água e saneamento, e isso não é financiado. A obra está em concurso público, foi pedido um prazo de prorrogação e terminará durante a semana que vem e está em condições de iniciar durante a primavera. -----

- Requalificação da Praça da República e Largo de Santiago: a obra já podia estar em concurso, mas como estávamos com a requalificação do edifício da Câmara, e para não coincidir, o processo foi adiado, no entanto, está na fase de concurso, sendo uma obra candidatada no âmbito do PARU, de 587 mil euros e financiada com 85% de fundos comunitários. -----

- Numa fase mais atrasada está a estação 1 da albufeira do Sabugal, que está numa fase de aquisição de terrenos, para que se possa iniciar o concurso. É uma obra que também está no empréstimo. A obra tem um cais de atraque para barcos à vela, remo, elétrico; um espaço de lazer; um espaço para guardar canoas; parque de merendas. -----

Estas obras perfazem um total de cerca de 6 milhões de euros, em que duas têm o seu financiamento provindo do empréstimo, e as restantes através de candidaturas que estavam já a decorrer no PT2020." -----

Acerca da questão do lítio, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que no dia 9 houve uma reunião no Ministério do Ambiente com o senhor Ministro, "para nos transmitir em que fase o projeto se encontrava. Este assunto já foi falado quando, em 2019, o governo lançou a concessão.

Não sou contra a exploração de lítio, sou contra a forma como o processo está a ser conduzido. E foi isto que os autarcas transmitiram ao senhor Ministro, Secretário de Estado e restantes organismos presentes. Somos contra o facto de não termos sido ouvidos e os pareceres que as Câmaras emitem não terem qualquer vínculo, não sabemos porque é que os pedem.

Também estranhámos um pouco o timing, uma vez que não é normal que chamem os autarcas ao ministério quando está para tomar posse um novo governo. O que é facto é que fomos confrontados com uma situação que é irreversível, vai mesmo avançar. Como sabem, o concelho do Sabugal tem 420 km² de área de exploração de lítio. São 13 freguesias incluídas como áreas de exploração. É uma extensão muito significativa, o que nos preocupa. Também nos causa preocupação pelo facto de os municípios não terem qualquer contrapartida relativamente à exploração de lítio, se a prospeção correr bem. O facto de a Câmara não ter qualquer retorno nesta situação que vai criar impacto ambiental e visual. A única contrapartida que os municípios têm é um valor único de 100 mil euros, não é aplicada a mesma contrapartida da energia eólica, em que há uma percentagem da produção que reverte para o Município. -----

Dentro de 30 dias, após a publicação, há um período de 5 anos antes de se partir para a exploração. Nos três primeiros anos vai ser feita a monitorização, a cartografia, recolha de elementos para estudos. Nos dois anos seguintes, a partir do momento em que aquele estudo

determine que naquele local há quantidade suficiente que possa ser explorada, vão proceder à perfuração, para saber se aquela exploração é viável ou não. -----

O senhor Presidente da Câmara reforçou ainda a ideia que não sabe como irá decorrer o processo em terrenos particulares. -----

“No estudo de impacto ambiental há uma segurança. Nos locais onde houver perfuração, for determinado que não há quantidade suficiente para prosseguir com a exploração, é obrigatório repor tudo. -----

A exploração de lítio traz atividade económica nas localidades onde serão colocadas as centrais de lavagem, e que está prevista entre Belmonte e Guarda. E aí é que pode haver danos ambientais porque para extrair 1 kg de lítio é necessário 1 milhão de litros de água, essa água fica contaminada e tem de ser tratada. -----

A CIM determinou que vai avançar com um processo avaliação ambiental nas zonas onde há prospeção. Também há a possibilidade de uma providência cautelar, mas só no concelho do Fundão e Pinhel, devido à exploração em regadio.” -----

Em resposta ao senhor Norberto Pelicano, o senhor **Presidente da Câmara** disse já ter respondido, reiterando que se trata de um assunto importante, *“se necessário for, equacionaremos a atribuição de apoios. Atualmente vamos reativar as captações que referi, e estaremos atentos com a monitorização diária com a tutela e os organismos que tutelam a barragem.”* -----

Sobre a intervenção da senhora Marisa Martins, o senhor **Presidente da Câmara** respondeu que há cerca de um ano, deu entrada no Município, *“um pedido subscrito por algumas pessoas a atribuição de uma rua ao senhor Padre Soita, mas acho que uma rua é muito pouco. Como demolimos a casa onde o senhor Padre viveu muitos anos, e temos um projeto para a requalificação daquele espaço, pedi ao arquiteto que colocasse no projeto um pequeno busto que para ser colocado naquela praça.* -----

Face à proposta do senhor João Manata, o senhor **Presidente da Câmara** disse que é meritório, e que irá articular com o senhor Presidente da Junta do Soito a nomeação de uma rua ao bombeiro falecido em combate. -----

Sobre a Rua 5 de Outubro, o senhor Presidente da Câmara concedeu a palavra ao senhor **Vereador Paulo Cruz** para proceder aos esclarecimentos: -----

"Boa tarde a todos. -----

Sobre a Rua 5 de Outubro a obra encontra-se entregue provisoriamente. A obra será entregue ao Município 5 anos depois da entrega provisória, e a única garantia que poderemos ter é que a rua tem de estar '5 estrelas'. No entanto, o empreiteiro tem sido alertado para esses detalhes, tem vindo reparar algumas, há muitas mais que vai ter de reparar, e até à entrega final da obra vai ter de ter a obra em condições para nos entregar, senão perde as garantias." -----

Sobre a questão dos sanitários no Largo da Fonte colocada pelo senhor João Manata, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que o projeto não contemplava sanitários, mas que tem de ser encontrada uma solução. *"Temos uma solução temporária junto ao Tribunal até resolvermos a situação. Já equacionámos algumas soluções, e a que será mais viável neste momento está no projeto de requalificação do edifício da antiga Escola Primária, em que estão incorporados 2 WC's junto da escadaria. Não é um projeto para amanhã, mas creio que ficam bem incorporadas no projeto."* -----

Relativamente à senhora Silvina, não tenha a ideia de que pagamos a água mais cara! Todos os anos mandamos para a ERSAR a atualização dos preços da água, e a ERSAR recomenda-nos que se reflitam os custos do fornecimento em alta, e se isso acontecesse pagaríamos a água ao preço dos combustíveis. Mas não podemos fazer isso porque, infelizmente, ainda temos percas significativas relativamente ao abastecimento de água, entre percas devido à necessidade de substituição da rede de abastecimento, roubos e autoconsumo, temos percas na ordem dos 50%. Não podemos aumentar muito o tarifário da água e aumentamos sempre tendo em conta o valor da inflação, que é o mínimo, e a ERSAR tem vindo a aceitar." -----

O que está previsto é, no âmbito da Associação de Municípios da Cova da Beira, está a ser feito um estudo intermunicipal para gestão em baixa da distribuição da água. E quando isso acontecer vai ter de haver um investimento significativo nas redes porque quem vier operar a rede, tem como objetivo a obtenção de lucro. -----

No entanto, é uma preocupação atual, tendo em conta a atual escassez de água, as perdas que ainda temos, e estamos muito atentos a isso. -----

A questão da barragem, a infraestrutura não é nossa, o recurso hídrico é do Estado. -----

É óbvio que me revolta muito! Abastecemos cinco concelhos e não tiremos nenhum dividendo, temos é prejuízo. É uma questão que temos de ponderar, e quiçá um dia, liderar um movimento reivindicativo. -----

Sobre as praias, a seca vai afetar muito o caudal ecológico do rio. A APA, todos anos nos envia informação se queremos aderir à bandeira azul, mas para aderir é necessário cumprir uma série de requisitos, e temos de trabalhar no sentido de criar condições para, pelo menos, termos uma bandeira azul. Mas a continuar a seca, é complicado. E temos outro problema que é necessário acautelar, que são os nadadores-salvadores, são 6 praias onde temos de ter 2 nadadores-salvadores diariamente e não há nadadores-salvadores. Já promovemos um curso, eram 22, ficaram 7. Estamos a promover outro curso, não há inscritos. É muito complicado porque se não tivermos nadadores-salvadores porque as praias só poderão abrir como zona de lazer e não como praia fluvial. Esse é um problema com que nos debatemos, mesmo suportando os custos da formação não tem havido adesão. Também temos duas situações, que é Malcata que não foi considerado porque o Plano de Ordenamento da Barragem não permite. A Rapoula já está; Vale de Espinho tem uma série de incumprimentos, e a APA não validou; Badamalos já está licenciada como praia fluvial, portanto, temos de estar muito atentos para mantermos a qualidade que temos vindo a manter, uma vez que as praias fluviais são um ponto atrativo que temos no Verão." -----

Sobre a rede de abastecimento de água de Quadrazais, tomou a palavra o senhor **Vereador Paulo Cruz** para tecer os esclarecimentos: -----

"A obra não está concluída, ainda não foi sequer entregue provisoriamente. Foi feita uma vistoria técnica esta semana a fim de avaliar o que está em falta. A entrega da obra está para breve, mas ainda não está concluída porque o empreiteiro ainda tem acertos para fazer." -----

Em resposta ao senhor José Nunes, o senhor **Presidente da Câmara** disse que quarta-feira tinha havido uma reunião com todos os parceiros, ICNF; Município de Penamacor, Município do Sabugal, Fundação Pina Ferraz, Baldios de Malcata e Fóios, Universidade da Beira Interior, e a organização não governamental Quercus. *"O processo está avançado, estamos neste momento na constituição da unidade de gestão, a elaborar o plano de ação (melhorias para a visitação, rotas e uma situação que é muito procurada, a observação de aves) para apresentar à aprovação ao ICNF, que é o dono da reserva. Pela primeira vez os Municípios têm participação naquilo que é a gestão da Reserva da Malcata, mas estamos a trabalhar no plano de ação, também em conjunto com outro projeto que temos, que é a AIGP (Áreas integradas de Gestão Paisagem), candidatura dos Municípios de Penamacor e Sabugal, que pode encaixar também nesta unidade de gestão, em que haverá a hipótese de haver avisos de candidatura só para esta atividade. Neste momento estamos a preparar o terreno para depois apresentar à tutela." -----*

Relativamente à questão do senhor Germano Fernandes, *"é congratularmo-nos pelo feito e dar os parabéns a essas empresas, é sempre uma satisfação para nós que as empresas da região contem no ranking regional." -----*

Respondendo ao senhor Francisco Carvalho, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

"Retomamos aquilo que é a programação, depois deste interregno, e vamos colocar ao dispor dos nossos cidadãos um programa cultural para este espaço, e outros espaços, para regressarmos àquilo que é a normalidade." -----

Findo o período Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Germano Fernandes**, para fazer uma correção à sua intervenção. -----

Retomando a palavra, o senhor **Germano Fernandes** referiu: -----

“Por lapso, não referi a empresa Palegessos Gessos S.A., em sede no Sabugal, bem cotada nas 50 maiores empresas do distrito da Guarda, com um volume de negócios de cerca de 29 milhões de euros. Logo, faço extensivas as minhas considerações à empresa Palegessos Gessos S.A., a quem apresento cumprimentos e votos de bom sucesso no futuro.” -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** passou ao ponto seguinte.

Findos os esclarecimentos, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que há um pedido de inscrição de um ponto no período da Ordem do Dia, **Discussão e votação da Prorrogação do prazo de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da ação social**, sendo o mesmo incluído se houver uma maioria de 2/3 que aceite a inclusão. -----

Colocado à votação, a **Assembleia Municipal deliberou**, por unanimidade, **incluir o ponto na Ordem de Trabalhos – Ponto 01**. -----

ORDEM DO DIA

PONTO 01 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto. -----

Estando a senhora **Vice-Presidente da Câmara** a acompanhar o processo, o senhor **Presidente da Câmara** concedeu-lhe a palavra para clarificar o ponto: -----

“Esta transferência de competências teria de ser assumida a partir do dia 1 de janeiro de 2022, podíamos trabalhá-la até abril. Em novembro solicitei uma reunião com o senhor diretor da

segurança social no sentido de perceber como faríamos esta transferência de competências, e na altura, ainda não havia nenhuma informação acerca desta situação. -----

Reunimos novamente em dezembro, mas ainda havia muito pouca informação, embora as orientações seria para assumirmos a competência em 2022. -----

Entretanto, é publicado um decreto-lei em 14 de fevereiro, dizendo que o prazo podia ser prorrogado até dia 1 de janeiro de 2023. Contudo, para haver esta prorrogação teríamos de trazer o assunto à Assembleia Municipal e ser aqui tratado. -----

O que pedimos à Assembleia Municipal é que aceite a prorrogação de prazo, embora, se comece já a trabalhar a transferência de competências com a Segurança Social, sabendo já o que poderíamos fazer e que até agora ainda não estava claro." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **João Manata** que perguntou se apenas se tratava de uma prorrogação de prazo e não da aceitação da transferência de competências, ao que a senhora **Vice-Presidente da Câmara** confirmou que apenas se tratava da prorrogação de prazo. -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação: Face à informação registada sob o n. 2414, datada de 24-02-2022, referente à **Prorrogação do prazo de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da ação social**, a Assembleia Municipal, **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a prorrogação do prazo, previsto no n. 5 do art. 2. do Decreto-Lei n. 23/2022 de 14 de fevereiro, para a transferência de competências ser concretizada até 1 de janeiro de 2023**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. Mais foi **deliberado**, por unanimidade, **comunicar a deliberação tomada à DGAL.** -----

PONTO 02 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE CENTRAL FOTOVOLTAICA DE MINA DE ORGUEIRAL, PARA FINS DE UTILIZAÇÃO DO SOLO RÚSTICO PARA ESTA CONSTRUÇÃO, CONFORME O DISPOSTO NO N. 8,

DO ARTIGO 18. DO REGULAMENTO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DO SABUGAL, APROVADO EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 19-01-2022 -----

O senhor **Presidente da Assembleia** informou que se trata de uma ratificação para efeitos da declaração de reconhecimento do interesse público municipal. *“Havia uma urgência e o Presidente da Assembleia aceitou que a deliberação do executivo fosse no sentido do reconhecimento, tratando-se do interesse superior do Município, e não havendo hipótese de reunirmos extraordinariamente para este efeito.”* -----

De seguida concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: ---

“Trata-se de uma ratificação que a Câmara tomou relativamente a este ponto por uma questão de urgência que está explicada no requerimento que a EDP Renováveis nos enviou. Está a executar um parque fotovoltaico com um sistema híbrido, isto é, não há um aumento de potência, é uma compensação ao parque eólico que já existe, em terrenos que pertencem à união de Freguesias de Santo Estevão e Moita, numa área de 13 hectares, onde se vai colocar 17.340 painéis, num investimento de 2 milhões de euros. -----

Como são candidaturas e há timings a cumprir, não podíamos esperar pela Assembleia, a Câmara Municipal pronunciou-se porque para obter o licenciamento e iniciar-se a obra era necessário a declaração de interesse público municipal, e sem isso não se conseguia licenciar a obra para dar início e cumprir os prazos que a empresa tinha determinados. -----

O que se pede à Assembleia é que ratifique este despacho de interesse público municipal para a EDP Renováveis no investimento referido.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra a: -----

Senhor **João Manata** que disse serem a favor das energias alternativas e limpas, “mas vamo-nos abster porque mais parece um ultimato a linguagem usada. E eu ultimatoss não voto a favor.” -----

Senhor **Presidente da União de Freguesias de Santo Estevão e Moita**, senhor Joaquim Valentim: -----

"Eu ia pedir exatamente o contrário do meu amigo João Manata, que é que toda a gente vote a favor. Existe aqui um investimento de 2 milhões e tal de euros, e traz lucros para a Junta de Freguesia e Câmara Municipal, não dá prejuízo a ninguém, daí que eu ia pedir a esta Assembleia que votasse a favor sem qualquer dúvida." -----

Senhor **Filipe Nunes** que, após cumprimentar os presentes disse: -----

"É sempre de saudar um investimento para o concelho. Mas um investimento só chega a bom porto se houver regras, e neste tipo de investimento não vejo que sejam definidas regras do atual investimento. O que se trata aqui simplesmente é que para a obra ser licenciada é necessário a declaração de interesse municipal. Como disse o colega João Manata, praticamente somos obrigados, sem saber as regras base de todo o projeto, automaticamente a aprovar ou dar um parecer favorável para a construção deste projeto. Já ficou bem demonstrada a preocupação de toda a gente com o litio. Num projeto destes, aparentemente, ninguém está preocupado. São 13 hectares, sendo uma infraestrutura inferior a 50 megawatts não careceu de estudo de impacto ambiental, e então compete-nos, em sede de Assembleia Municipal, votar favoravelmente ou não. Tendo em conta a conjuntura mundial em termos energéticos, como é óbvio, este tipo de projetos, vão cada vez aparecer mais no nosso concelho. O PDM, apesar de recente, 2018, é omissivo ou não estabelece um uso para este tipo de infraestruturas. Não estabelecendo um uso para este tipo de infraestruturas, é omissivo e não apresenta regras. E eu penso que estava na altura de a Câmara Municipal, para salvaguarda de todo o território do concelho, que apesar de não carecer de estudo de impacto ambiental, e o impacto ambiental ser considerado negativo, e eu não considero um impacto não negativo quanto isso, e no documento não vejo medidas mitigatórias ou compensatórias para tratamento da paisagem envolvente. Este regulamento, o Município devia começar a pensar nisso, devia estabelecer três regras fundamentais para dar resposta: índices de ocupação e índices de ordenamento; outro ponto a salvaguardar nesse regulamento é quais são as medidas mitigadoras e definir quais são as medidas a implementar pelos promotores deste tipo

de projetos; ver também quais são os compromissos do promotor durante a exploração e durante a remoção deste tipo de infraestruturas, porque este tipo de infraestruturas têm tempo útil de vida e não vejo a quem compete a remoção dos painéis; consultando também o regulamento de taxas municipais também é omissa e não atribui uma taxa específica, tanto a taxa de construção, como a taxa de exploração ou a taxas de demolição deste tipo de infraestruturas. -----

Portanto, nós, os membros do PS, somos de nos abster a este ponto porque deveríamos pensar futuramente para este e outros projetos de tentar encontrar um regulamento que salvaguardasse os interesses do nosso concelho." -----

Findas as intervenções, tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas: -----

"Relativamente à questão que o senhor João Manata está esclarecido. Relativamente ao senhor Presidente da União de Freguesias não poderia fazer de outra forma, é um investimento na sua área que lhe vai permitir um encaixe anual de um montante significativo. -----

Relativamente à questão que o senhor Filipe Nunes referiu, não percebi, foi para justificar a abstenção. -----

É óbvio que quando nós vivemos uma transição energética, não consigo perceber como se arranjam adjetivos e desculpas para se abster numa situação destas. A Câmara Municipal desde que abriu o concurso de energia que está aqui, já colocou mais meio milhão nesse concurso porque os concursos têm ficado desertos atendendo ao aumento de energia, portanto, temos de encontrar fontes alternativas. E, também não é verdade que não haja compensações. Não há compensações mais evidentes e montantes mais avultados por uma razão, aqui não há aumento de potência. A potência já está instalada, se houvesse aumento de potência, a nova lei determina, por quilowatt há um x de compensação no âmbito ambiental ou noutras situações. Aqui não é o caso. Mas, atendendo a isso, a EDP Renováveis colocou aqui 10.000,00 € destinados a contribuir para a pobreza energética num edifício público, é uma vantagem que temos, portanto, não é verdade que não haja nenhum tipo de compensação. -----

Relativamente a isso vamos tentar ver no nosso PDM, porque ele é omissivo realmente, mas enquanto não tivermos isso, é a ferramenta que temos, é colocar isto à consideração da Assembleia Municipal para decretar o interesse público. -----

Quero também referir, e deixo para reflexão, que virá cá novamente o parque eólico em Valverdinho, que irá ocupar uma área de cerca de 1500 hectares, 500 hectares com 240 megawatts de potência instalada, com 40% eólica e 60% fotovoltaica, num investimento de 200 milhões de euros." -----

Solicitou novamente a palavra o senhor **Filipe Nunes** para dizer que *"não se trata de arranjar desculpas, mas sim de o Município arranjar regras para a implantação deste tipo de infraestruturas, que são omissas. É óbvio que todos os investimentos são bem-vindos para o nosso concelho, falamos de investimentos de 200 milhões ou 2 milhões, é lógico que desses 2 milhões estamos a falar de 2 ou 3% no concelho do Sabugal, é preciso ter em conta aquilo que estamos a falar. Não vejo aqui nenhuma empresa que produza esse tipo de painéis solares, mas é lógico que de tudo, retorna investimento. O que eu vejo é um documento que não apresenta regras e nós temos de definir essas regras, porque é lógico que, dentro dos próximos anos vão aparecer inúmeros projetos, tanto solares como eólicos, e nós temos de estar preparados para os receber e definir essas regras, porque se não definimos essas regras, não somos capazes de gerir este tipo de processos." -----*

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que são as regras que têm e que utilizam. *"Continuo a não perceber essa posição." -----*

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou aos presentes se havia mais algum pedido de esclarecimentos. -----

Tomou a palavra a senhora **Marisa Martins** para questionar o senhor Presidente da União de Freguesias de Santo Estevão e Moita qual o valor dos rendimentos que serão dados à Junta. ----

*“E esse retorno até 10 mil euros é uma frase um bocado perigosa, até 10 mil euros pode ser só 500 euros. E fazendo as contas, fazer esse investimento dos painéis solares, vai render 1 milhão e 700 mil euros por ano de energia. Claro que nós, atualmente, jogamos com as regras que temos, mas não é nada de estranhar que se queiram impor novas regras enquanto o jogo vai mudando. Se clahar há 10 anos atrás não se falava em painéis solares, e é normal que esse investimento seja cada vez maior, e ainda bem, a questão tem a ver dos limites e ganharmos um bocadinho de segurança com isso, senão o concelho do Sabugal qualquer dia é só eólicas e painéis solares. E a questão é o que é que nós temos de retorno com isso. É só uma questão de nosso retorno. É só um alerta para as regras, não estamos aqui a dizer que não queremos o investimento. Até porque esses pontos de vista que as eólicas estragaram a paisagem de Sortelha, mas rende muito dinheiro. As eólicas sabemos que rende muito dinheiro às Juntas. O senhor Presidente de Junta também disse que íam aumentar as rendas, se nos pudesse dizer o valor. -----
E o ‘até 10 mil euros’ também me levantou um bocadinho de preocupação. -----
Não fique assim porque as sugestões é para melhorar, não é para criticar.” -----*

O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para responder. Retomando a palavra disse não ter mais nada a acrescentar. -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. A Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com as abstenções do Partido Socialista e da CDU, **ratificar a declaração de reconhecimento do interesse público municipal das obras de construção de central fotovoltaica de mina de Orgueiral, para fins de utilização do solo rústico para esta construção, conforme o disposto no n. 8, do artigo 18. do Regulamento do Plano Diretor Municipal do Sabugal**, nos termos e com os fundamentos constantes das informações prestadas. -----

PONTO 03 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAIS EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2021 -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“É uma declaração que podia vir com a prestação de contas, mas entenderam trazê-a agora, é uma competência da Assembleia Municipal, e informa quais são os compromissos plurianuais que temos até 2025, que estão no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano. Dá-nos a informação dos pagamentos em atraso até dezembro de 2021 e rendimentos que a Câmara tem para receber até 31 de dezembro de 2021.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. -----

Não havendo inscrições, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento e deliberou**, por unanimidade, **aprovar a Declaração de Compromissos Plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2021**. -----

PONTO 04 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO ÁRVORE DE INTERESSE MUNICIPAL, LOCALIZADO NA FREGUESIA DE QUADRAZAIS -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“Há algum tempo que temos um regulamento de Árvores de Interesse Municipal, tendo sido já declaradas em Assembleia outras árvores de interesse Municipal. -----

Neste caso é um mostajeiro na freguesia de Quadrazais. Segundo os técnicos, é uma árvore em vias de extinção. Acho que é importante preservarmos este tipo de exemplares. -----

Este regulamento permite que depois haja um acompanhamento por parte dos nossos técnicos e do ICNF no tratamento e acompanhamento da evolução da árvore, catalogada, e ficarão disponíveis para criar um roteiro de Árvores de Interesse Municipal do concelho.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **Sandro Freire**, que após cumprimentar os presentes disse: -----

“Os membros eleitos do PS parabenizam o proprietário deste imponente mostajeiro, senhor António Mura, de Quadrazais, pela sua preocupação em manter aquela árvore protegida. Creio que os serviços municipais devem continuar este tipo de trabalho em conjunto com as Juntas de Freguesia na referência destas árvores, que sejam espécies raras ou ameaçadas de extinção.

Para enriquecer, como o senhor Presidente acabou por dizer, os roteiros turísticos, que há muita gente a querer ver este tipo de árvores.” -----

Não havendo mais intervenções, pelo Senhor **Presidente da Assembleia** foi o documento colocado a votação. -----

A Assembleia Municipal, face à informação registada sob o n. 15743, datada de 15-12-2021, **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a proposta de classificação de mostajeiro (Sorbus latifolia) como árvore de interesse municipal, localizado na freguesia de Quadrazais.** -----

PONTO 05 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS REFERENTE AO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA AS INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA TENSÃO (MT), BAIXA TENSÃO ESPECIAL (BTE), BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) E REDES EM ILUMINAÇÃO PÚBLICA (IP) DA CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“Já referi esta situação e é uma situação que nos preocupa. Abrimos ao mercado da livre concorrência o fornecimento de energia elétrica ao município. Tínhamos um concurso de um ano com o fornecedor Endesa, e agora entendemos abrir o concurso para três anos que nos facilita e dá mais segurança. -----

Já é a segunda vez que o concurso é aberto, e os operadores concorrem acima do preço base, e isso leva a que o concurso caia. Atendendo à oscilação do kwatt de energia no mercado regulado, não é fácil preverem o valor do kwatt daqui a um ano, por isso concorrem sempre com valores superiores. -----

Vamos fazer uma última tentativa no sentido de que alguma empresa concorra. -----

Iniciámos este concurso há cerca de três meses, e temos vindo a rever em alta cerca de 440 mil euros. -----

É uma situação complicada e insustentável, mas temos de o fazer, no entanto, corremos o risco de o concurso ficar deserto, mas, há mecanismos legais que permitem que permitam a continuidade no fornecimento, mas vamos fazer uma última tentativa, senão vamos ter de passar o concurso para um ano, atendendo à volatilidade do preço da energia. -----

O que se pede à Assembleia é a repartição de encargos para os anos seguintes.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **Francisco Carvalho**: -----

“Senhor Presidente, relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, gostaria de o questionar acerca da forma como o Município irá assegurar as verbas necessárias para custear os encargos com o fornecimento da energia elétrica, atendendo à vigente crise energética, à qual já fez referência e à inflação a ela subsequente, tendo ainda em conta que atendendo ao atual panorama geopolítico internacional, esta tenderá a agravar-se mais.” -----

Seguiu-se o senhor **João Manso**: -----

“Senhor Presidente, nós, membros do PS, comungamos consigo esta preocupação, não podemos ficar às escuras. E, de facto, é muito difícil obter contratos na energia elétrica, a preços satisfatórios, no momento em que vivemos. A Câmara terá de continuar a investir em energias alternativas para os muitos espaços que gere. Não só seria viável contratos anuais, pergunto eu, o senhor Presidente acabou de dizer isso. Se calhar, a solução será arranjar um contrato anual.

Não sei se também seria possível o concelho do Sabugal associar-se a outros concelhos vizinhos, na tentativa de criarem um lóbi maior e atraírem as empresas fornecedoras de energia. Relativamente à energia, como sabe foram substituídas muitas luzes para luzes led, não sei se a Câmara tem números quanto à poupança energética que se tem vindo a fazer depois dessa substituição.” -----

De seguida, foi concedida a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para responder às questões levantadas: -----

“São questões pertinentes e preocupantes que estão na ordem do dia. -----

Em relação ao Francisco, é óbvio que se colocámos quase meio milhão de euros neste concurso, o dinheiro saiu de algum lado. Também colocámos mais de 200 mil euros no concurso do gás natural do Cró. E de onde se retira e não se coloca, ele vai fazer falta. Esta é uma situação que queria aqui abordar porque vai ser um ano financeiro muito difícil, e deixar uma palavra aos senhores Presidentes de Junta, de que temos de pensar bem nos investimentos que se vão fazer.

Relativamente à questão que o João Manso levantou, nós estamos com alguns estudos relativamente à constituição de comunidades energéticas, ou seja, é a constituição de um grupo de empresas no mercado que asseguram o investimento. E há modelos em que é a própria empresa faz o investimento no concelho, criam um parque solar, e os edifícios públicos são alimentados por esse parque solar quando há produção de energia. O que faz com que a fatura energética possa baixar entre 30 a 40%. Estamos neste momento com esse estudo para a criação de duas comunidades energéticas, uma no Sabugal e outra no Cró, e será sempre um parque solar. Neste momento, é a solução mais viável e a longo prazo. -----

Tive ontem uma reunião com a Associação de Municípios da Cova da Beira, em que estão a fazer concursos para 6 municípios, e talvez consigam no mercado melhores preços. -----

Neste momento vamos abrir concurso, tenho algumas dúvidas que haja concorrentes, tendo em conta a guerra que surgiu, vai complicar mais e se assim não for temos de nos juntar à associação de Municípios da Cova da Beira, num conjunto de municípios que já está a trabalhar nesse projeto, no sentido de criarmos alguma pressão junto dos operadores. E também passará muito

pela criação de uma campanha de sensibilização e poupança, não só na questão da água como da energia, uma vez que o recurso não é infundável. -----

Relativamente à questão da ESE, a substituição dos Leds, anualmente é feito um relatório por parte da empresa que fez o investimento com os técnicos da Câmara, e o ano passado obtivemos uma poupança de 25% a 30%. Felizmente que enveredámos por essa solução, caso contrário a fatura atual seria ainda mais elevada. Estamos muito preocupados e contamos convosco, nomeadamente, os Presidentes de Junta nesta situação.” -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação.

Face à informação registada sob o n.º 1683, datada de 10-02-2022, a Assembleia Municipal **deliberou**, por unanimidade, **aprovar a repartição de encargos do fornecimento de energia elétrica para as instalações alimentadas em Média Tensão (MT), Baixa Tensão Especial (BTE), Baixa Tensão Normal (BTN) e Redes em Iluminação Pública (IP) da Câmara Municipal do Sabugal**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

O valor está inscrito na 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) ao Orçamento de 2022 e Grandes Opções do Plano 2022-2027. -----

PONTO 06 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE DUAS SUBUNIDADES ORGÂNICAS

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“Por lapso, quando analisámos o mapa de pessoal no final do ano, os serviços não colocaram esta intenção de criarmos mais duas subunidades orgânicas. Temos as unidades orgânicas que são as divisões, depois temos as unidades orgânicas flexíveis, que são as intermédias, chefias de terceiro grau e depois as subunidades orgânicas onde são incluídos os assistentes técnicos, e é equiparado àquilo que antes era chamado de chefes de secção. Neste momento temos 8 coordenadores, e a ideia é passar para 10, de forma a suprimir alguns setores da Câmara, nomeadamente na gestão da frota automóvel e contabilidade. São duas situações em que os

funcionários só poderão ser requalificados em termos de carreira se a unidade orgânica estiver criada.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra à senhora **Marisa Martins** para questionar o senhor Presidente da Câmara se a criação das duas subunidades orgânicas visa incluir duas pessoas que já são funcionárias da Câmara, ao que o senhor **Presidente da Câmara** confirmou.

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Câmara** colocou o ponto à votação. ---

Face à informação registada sob o n.º 839, datada de 25-01-2022, a apresentar **proposta de criação de duas subunidades orgânicas**, a Assembleia Municipal **deliberou**, por maioria, com 14 abstenções, **aprovar a proposta de criação de duas subunidades orgânicas**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 07 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS REFERENTE À AQUISIÇÃO GÁS PROPANO A GRANEL PARA OS EDIFÍCIOS DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO SABUGAL -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

“A partir do dia 1 de abril vamos assumir a gestão do parque escolar, nomeadamente os edifícios, e vamos receber todos funcionários não docentes da escola, ao abrigo da delegação de competências, que por imposição da lei tivemos de a receber. E como a Câmara vai receber essa responsabilidade, o que está proposto é que a Assembleia aprove a repartição de encargos para os próximos três anos para a escola secundária. Os valores obtidos tiveram como base os valores que a escola nos forneceu atendendo ao consumo que tem vindo a ter nos últimos tempos.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi dada a palavra ao senhor **João Manata** para questionar o senhor Presidente da Câmara se a Câmara recebeu a correspondente transferência de dinheiro para estes gastos. -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** disse que se trata de uma pergunta importante e informou que esse valor não foi recebido na totalidade, e que a transferência de competências na área da educação já fora recebida com défice de 50 a 60 mil euros. *“Há outro problema, o equipamento em si. Foi feito um levantamento do estado dos edifícios, e a intervenção nos mesmos ronda 4 milhões de euros. E foi-nos respondido que essa situação será colmatada com a abertura de avisos específicos em termos de PT2030, para esse efeito.”* -----

Assumimos a competência, vamos fazer o nosso melhor, pugnar por um ensino de qualidade e fornecer as melhores condições aos alunos, docentes e não docentes, e cá estaremos para assumir aquilo que não foi participado, uma vez que há um défice significativo.” -----

Seguiu-se a senhora **Marisa Martins**: -----

“Senhor Presidente, falou em obras de requalificação, quem conhece o edifício sabe que ele não é de todo novo, embora tenha condições fora roturas de água. É assustador olharmos para estes valores e pensar como a escola gasta estes valores. Quem lá está sabe que há salas que não têm incidência solar e são muito frias.” -----

Em relação às obras, não há hipótese de haver uma candidatura no âmbito de uma eficiência energética, porque se as janelas tivessem outras condições, o consumo de energia reduzir-se-ia.”

Retomando a palavra, o senhor **Presidente da Câmara** disse que quando falou em avisos, refere-se a candidaturas na área da eficiência energética. *“Vamos estar muito atentos, há um compromisso por parte do ministério relativamente à abertura específica de avisos direcionados para essas questões, e a maior intervenção que se pretende é na área da eficiência energética porque pode advir uma poupança significativa no consumo energético.”* -----

O senhor **Francisco Carvalho** usou da palavra para dizer: -----

“Esta delegação de competências por parte do poder central para a autarquia engloba só a gestão dos edifícios ou também engloba o fornecimento de material para atividades práticas, equipamentos informáticos, ou é apenas a gestão do fornecimento de água, luz e gás?” -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** informou que engloba tudo, *“o contrato tem verbas específicas. Por exemplo, para manutenção tem apenas 20 mil euros por ano. A transferência de competências ronda os 900 mil euros, e nós prevemos que se gaste cerca de 1 milhão de euros para todas essas despesas. Só não engloba os docentes e os técnicos superiores.” -----*

O senhor **Francisco Carvalho** retomou a palavra para dizer: -----

“Enquanto eleito desta Assembleia, membro da Assembleia e valendo-me do facto de ser o mais jovem, e que ainda não há muito tempo saiu da Escola Secundária do Sabugal, era para pedir ao executivo que não abandone esta área, porque se há algo que esta escola se pode gabar é do facto de que sempre tivemos as condições técnicas para ter uma aprendizagem de excelência. Fazendo um contraponto com colegas meus que estudaram em centros urbanos, nós conseguíamos ter, a nível de laboratório, condições técnicas para o aprofundamento de uma cultura científica que eles, em grandes meios não conseguiam ter. e uma coisa que nos engrandece sempre, é ver que em áreas técnicas os alunos que vem de trás de serra, que somos olhados como atrasados e parados no tempo, tínhamos uma familiaridade com instrumentos e técnicas de laboratório muito maior, e por isso mesmo peço que haja sempre investimento nesta área, tanto na parte de informática, como na parte de ciências da vida, como na parte das ciências físicas e químicas.” -----

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu: -----

“Eu já referi que é uma preocupação nossa. A partir do momento em que assumimos este compromisso, vamos ter de o agarrar de alma e coração, e tentar que não falte nada em termos

de recursos aos alunos e aos professores, para que o estabelecimento continue a ter um ensino de excelência e as coisas continuem a correr como até aqui." -----

Não havendo mais intervenções o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. Face à informação registada sob o n.º 710, datada de 20-01-2022, a Assembleia Municipal, **deliberou por unanimidade, aprovar a ratificação do despacho que aprova a repartição de encargos referente à aquisição gás propano a granel para os edifícios do Agrupamento de Escolas do Sabugal**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 08 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO DE ADESÃO AO PACTO DE AUTARCAS COM AS ALDEIAS HISTÓRICAS DE PORTUGAL -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para apresentar o assunto, que por sua vez concedeu a palavra ao senhor **Vereador Amadeu Neves** por estar responsável do assunto: -----

“O Pacto de Autarcas, como tiveram oportunidade de ler nos documentos enviados, foi um movimento que surgiu na Europa para comprometer os autarcas locais, que voluntariamente sigam os objetivos que foram definidos pela União Europeia na questão do clima e da energia – ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Ou seja, os aderentes comprometem-se a acelerar a descarbonização. São mais de 7000 Municípios na Europa, e o Município do Sabugal, sendo um dos 10 Municípios pertencentes às Aldeias Históricas, não podíamos ficar de fora. Basicamente é um protocolo que nos vai obrigar a que os nossos serviços façam alguma monitorização dos gastos em Sortelha, nomeadamente nas partes comerciais, com uma contrapartida financeira.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Não havendo intervenções colocou o ponto à votação. -----

Face à informação registada sob o n.º 1742, datada de 11-02-2022, sobre a **proposta de formalização do processo de adesão ao Pacto de Autarcas com as Aldeias Históricas de Portugal**, a Assembleia Municipal, **deliberou por unanimidade, aprovar a proposta de adesão ao Pacto de Autarcas com as Aldeias Históricas de Portugal**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

PONTO 09 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA (REVISÃO) AO ORÇAMENTO DE 2022 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2022-2027 -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

"Isto é o que chamamos integração do saldo de gerência relativamente à prestação de contas que só virá na próxima Assembleia. No entanto, a lei permite que nós, na primeira Assembleia do Ano, possamos integrar este saldo de gerência. Esta proposta foi aprovada em Reunião de Câmara por maioria, com três abstenções do Partido Socialista. É um saldo de gerência de 2.127.734,93€ que visa reforçar, tal como disse na apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento, algumas rubricas que têm dotação insuficiente, que não havia hipótese de dotar com o valor que o projeto requer, então deixamo-las com alguma dotação, e completamos aquando da prestação de contas. -----

Relativamente a isso salvaguardo algumas situações, nomeadamente, reforçar a rubrica relativa às obras do Castelo de Alfaiates com mais 267 mil euros para uma segunda fase que não estava prevista, uma vez que surgiram patologias muito complicadas no desenvolvimento da primeira fase. Nas pavimentações também reforçámos com 150 mil euros. Abastecimento de água à Colónia Agrícola Martim Rei, é uma obra que vai avançar. Reforçámos uma obra que não estava com dotação suficiente, a pavimentação da EM 542 Sabugal-Sortelha, que precisa de ser intervencionada, e são cerca de 11 quilómetros, e vai custar ao Município cerca de 600 mil euros, estamos a reforçar com 400 mil euros. Também reforçámos as grandes reparações em caminhos e estradas municipais com 197 mil euros; no consumo de energia dotámos com mais 500 mil euros, por causa da questão da energia falada anteriormente e depois reforçámos também uma série de rubricas que utilizámos para a 1ª alteração que fizemos em janeiro, quando houve a transição de compromissos de 2021 para 2022, em que teve de se fazer uma alteração orçamental

de cerca 1 milhão e meio de euros, teve de se ir buscar estas rubricas de orçamento (02): serviços especializados, consumos de energia, portanto, estas rubricas foram todas reforçadas com estes valores, o que perfaz a quantia de 2. 127.00,00 €. -----

Como referi à pouco, esta questão da fatura energética leva a que abandonemos alguns projetos que pretendíamos pôr em andamento ainda durante este ano. Não o podemos fazer porque não temos dotação financeira suficiente e temos que acudir a situações mais complicadas e urgentes, como a questão energética, e salvaguardar uma situação, relativamente aos projetos que enumerei à pouco, antes da Ordem do Dia, todos eles tiveram de ser revistos com uma margem de 20% antes de serem lançados, devido ao aumento dos preços, o que inflaciona muito este orçamento." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi concedida a palavra ao senhor **João Manso**: -----

"Os membros do PS, tal como fizeram os nossos Vereadores, vamos abster-nos, tal como já o tínhamos feito para o Orçamento. As nossas opções políticas seriam diferentes. Apostaríamos mais em investimentos estruturais que o concelho tanto precisa para atrair empresas, criar emprego e fixar população. Como é possível, senhor Presidente da Câmara, que para a ligação Sabugal-Guarda EN233, tenha uma verba irrisória para a elaboração apenas de um projeto. Como sabe, hoje esta ligação deixa muito a desejar à capital do distrito. Já no segundo mandato do senhor ex-Presidente da Câmara António Robalo se falava neste auditório, e alguns membros desta Assembleia podem confirmar o que vou dizer que havia na altura 1,9 milhões de euros para alargar as cinco pontes que temos de passar quando se vai do Sabugal para a Guarda. Como sabe, até hoje, nenhuma pedra foi remexida nessas ditas pontes. Portanto, esta situação de agora há 5 milhões de euros para gastar. Eu pergunto, e senhor Presidente, isto mostra um bocadinho o imobilismo desta gerência do PSD à frente dos destinos do nosso concelho para obras que eu acho que são fundamentais e para poder atrair gente que queira investir no nosso concelho." -----

Em resposta à intervenção do senhor João Manso, o senhor **Presidente da Câmara** disse: -----

"O senhor João Manso referindo-se à ligação da Guarda que só tem uma dotação de 30 mil euros, tem a que deve ter. é a que está acordada para o projeto. Não tem de ter mais nada, não somos

*nós que vamos fazer a obra, quem vai fazer a obra é a Infraestruturas de Portugal, do lado das Câmaras só ficou o projeto. Tive uma reunião na semana passada com o Presidente da Câmara da Guarda, e foi decidido iniciar a elaboração do projeto, aliás, está a retificá-lo porque já existia. Da parte dos municípios, aquilo que está acordado com as infraestruturas de Portugal é a realização do projeto e tratar das indemnizações relativamente às expropriações. Este projeto é para corrigir traçados, alargar pontes e perfilar o pavimento, e nas áreas urbanas vai servir para as acalmias de tráfego. -----
5 milhões de euros vai chegar? Se calhar não, mas é aquilo que temos." -----*

Seguiu-se o senhor **António Serra** que, dirigindo-se ao senhor presidente da Câmara, disse: ----
"Fica satisfeito com 1,9 milhões de euros? Quando eu não esqueço um primeiro-ministro socialista prometeu uma via rápida entre Sabugal-Guarda, para compensar o Sabugal pela construção da Barragem da Sr.ª da Graça. Pergunto ao senhor Presidente da Câmara o que é que o Sabugal já ganhou com a barragem, e onde é que está essa via rápida?" -----

Em resposta, o senhor **Presidente da Câmara** referiu que não se recorda dessa promessa. "Os atos ficam para quem os pratica e as promessas ficam para quem as profere, mas, aquando da construção da barragem devíamos ter exigido contrapartidas. Se calhar todos temos um pouco de culpa, não conseguimos reivindicar isso ao contrário de outros. Também não conseguimos usufruir da barragem para aquilo que bem entendemos e não há nenhum investidor privado que queira investir na barragem do Sabugal enquanto não for resolvida esta questão da quota, e esta barragem é claramente para abastecer a Cova da Beira." -----

Não havendo mais intervenções o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação.

A Assembleia Municipal, **deliberou** por maioria, com as abstenções do Partido Socialista, **aprovar 1.ª Alteração Orçamental Modificativa (Revisão) ao Orçamento de 2022 e Grandes Opções do Plano 2022-2027.** -----

PONTO 10 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO 2022 -----

O senhor **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao senhor **Presidente da Câmara** para apresentar o assunto: -----

"Esta alteração além das duas subunidades orgânicas que aprovámos e é necessário proceder à alteração ao Mapa de Pessoal, tem a ver essencialmente com a inclusão dos 54 funcionários que vamos receber do Agrupamento de Escolas, entre assistentes técnicos e assistentes operacionais." -----

O senhor **Presidente da Assembleia** perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi concedida a palavra ao senhor **João Manso**: -----

"Gostaria que me explicasse a página 13 deste documento da 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal do ano 2022. Percebo perfeitamente que, devido à transferência de competências, os funcionários do Agrupamento de Escolas vão integrar o Mapa de Pessoal, no entanto, tenho algum receio que esta alteração que foi aprovada à pouco – criação de 2 subunidades orgânicas, seja, no fundo, para poder contratar pessoas que não sejam da Câmara, e vi que à pouco negou essa informação à minha colega Marisa, porque, caso contrário, se continuar a contratar pessoas que não são do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, continua a fazer aquilo que eu disse na reunião on-line, a questão de promessas eleitorais." -----

Gostaria que me explicasse porque nessa página 13, onde fala em 2 novos funcionários, não consigo compreender essa quadrícula." -----

Respondendo à questão levantada pelo senhor **João Manso**, o senhor Presidente da Câmara afirmou que não se trata de criar lugares novos, no entanto, solicitou esclarecimentos adicionais à técnica superior de contabilidade, **Conceição Ruas**: -----

"Há a carreira de assistente técnico cujos funcionários podem ser coordenados por uma pessoa que vai chefiar a subunidade orgânica. Pode ser aberto um concurso para pessoas que já tenham vínculo e poderiam concorrer pessoas que tenham vínculo ao Estado. A Câmara Municipal, para que fiquem os funcionários da Câmara, permite-lhes uma valorização da carreira e não trazer mais encargos ao Município, em vez de abrir os concursos, há um mecanismo legal que se chama mobilidade interna intercarreiras, e estes lugares têm sido preenchidos assim, e a intenção que me

foi transmitida para criar, serão preenchidos da mesma forma. Por isso, são funcionários do Município que neste momento são assistentes técnicos que irão fazer uma mobilidade intercarreiras para este lugar. -----

Estando criados há duas formas, e o senhor presidente decide se abre o concurso ou se recorre à mobilidade.” -----

Não havendo mais intervenções, o senhor **Presidente da Câmara** colocou o ponto à votação. ---

A Assembleia Municipal, **deliberou** por maioria, com as abstenções do Partido Socialista, **aprovar 1.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano 2022.** -----

PONTO 11 - ATIVIDADE MUNICIPAL -----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** dos documentos enviados sobre a **ATIVIDADE MUNICIPAL.** -----

O senhor Presidente da Assembleia perguntou se algum Membro da Assembleia pretendia intervir. Na sequência de inscrição foi concedida a palavra ao senhor **João Manso:** -----

“Senhor Presidente da Câmara, como sabe, o Centro Cívico do Soito foi adjudicado. Queria saber se já pode informar a Assembleia sobre o calendário da obra, isto é, quando terá início e a previsão para o fim da mesma. -----

Queria também dizer que estou um bocadinho preocupado com a firma a quem foi adjudicada a obra. Tentarei, na medida do possível, acompanhar a mesma para depois aqui partilhar as minhas preocupações à medida que a obra for decorrendo. -----

Última questão é, o critério da adjudicação desta obra foi só financeira ou também teve em conta as questões técnicas.” -----

O senhor **Presidente da Câmara** tomou a palavra para proceder aos esclarecimentos: -----

“O Centro Cívico do Soito foi adjudicado, tem contrato de consignação assinado, bem como PSS, que é o último documento do ato administrativo para que a obra se inicie. Foi feita uma reunião na semana passada com o técnico que vai fiscalizar obra, para se dar início aos trabalhos. -----

Sobre a questão da firma abstenho-me de comentar, é um concurso público, segue todos os critérios e normas. O júri fez o seu papel, exclui quando não cumpriam os requisitos, a ata final tem a adjudicação da obra à empresa que ganhou o concurso. Os critérios que foram tidos aqui são os critérios de adjudicação de um concurso público. A obra tem valia técnica, não foi só o preço que esteve aqui em causa, foi todo um conjunto de critérios, se a empresa ganhou é porque cumpriu na integra, e não se pode pôr em causa a avaliação do júri. Vai haver uma fiscalização que é normal numa obra, de vários técnicos, em várias áreas. -----

Não vejo aqui nenhum problema, se tem preocupações com a firma faça o acompanhamento político também.” -----

Não tendo havido mais inscrições e não havendo mais assuntos a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu a presença de todos e deu por **encerrada a Sessão**, eram dezanove horas e trinta minutos, da qual para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata, cujas deliberações foram aprovadas em minuta para resolução imediata das deliberações tomadas, nos termos do n. 3 do artigo 57. da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada, por mim, Vânia Martins Filipe, Assistente Técnica que a lavrei e pelo senhor **Presidente da Assembleia**, conforme disposto no n. 1 do art. 57.º da Lei n. 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente da Assembleia, _____


Manuel Augusto Meirinho

A Assistente Técnica, _____


Vânia Martins Filipe

ANEXOS

Vânia Filipe

De: Jose Escada da Costa <jose.escadadacosta@gmail.com>
Enviado: 29 de dezembro de 2021 09:06
Para: Alexandre Manuel Nunes Gonçalves; Ana Sofia Rito Nobre; António Bernardo Morgado Gomes Dionísio; António César Marcos Gata; António Luís Miranda dos Santos Serra; Carina Marques Rocha Fernandes; Elisabete Martins Ramos Robalo; Fernando Joaquim Pires Januário; Filipe Miguel Santos Nunes; Francisco Costa Carvalho; Germano Fernandes; Idalina Mendes Lopes; João Carlos Tabora Manata; João Manuel Aristides Duarte; João Manuel Filipe da Calva; João Manuel Manso Dias; Jorge Dias; José Alves Escada da Costa; José António Gonçalves Galhano; José António Inácio Nunes; José Ramos Pires Manso; Julia Bogas; Luís Manuel Nunes Sanches; Manuel Augusto Meirinho Martins; Marisa Sofia Gonçalves Martins; Norberto Tavares Pelicano; Patrícia Alexandra Ferreira Batista; Sandra Isabel Santos Fortuna; Sandro Manuel Martins Freire; Silvina Martins Vaz da Silva; Tânia Cristina Pires Leal; Freguesia de Águas Belas; Freguesia de Aldeia da Ponte; Freguesia de Aldeia do Bispo; Freguesia de Aldeia Velha; Freguesia de Alfaiates; Freguesia de Baraçal; Freguesia de Bendada; Freguesia de Bismula; Freguesia de Casteleiro; Freguesia de Cerdeira; Freguesia de Foios; Freguesia de Malcata; Freguesia de Nave; Freguesia de Quadrazais; Freguesia de Quintas de São Bartolomeu; Freguesia de Rapoula do Côa; Freguesia de Rebolosa; Freguesia de Rendo; Freguesia de Soito; Freguesia de Sortelha; Freguesia de Vale de Espinho; Freguesia de Vila Boa; Freguesia de Vila do Touro; UF de Santo Estevão e Moita; UF de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos; UF de Lajeosa e Forcalhos; UF de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba; UF de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas; UF de Sabugal e Aldeia de Santo António; UF de Seixo do Côa e Vale Longo; Maria da Purificação Rodrigues Nabais; Vitor Proença; Silvia Nabais; Amadeu Neves; Paulo Cruz; Victor Cavaleiro; Isabel Lavrador; Pedro Figueiredo
Cc: Isabel Gonçalves; Jaime Pinto; Vânia Filipe
Assunto: Assembleia de 29 /12/2021 - Orçamento - Inscrição do Edifício Expo- Sabugal
Categorias: Assembleia Municipal

Requerimento

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal

Assunto : Inscrição orçamental do Edifício de Expo- Sabugal (da ex- DACHE - Confecções, Lda)

No desempenho das minhas funções de Membro Eleito da Assembleia Municipal do Sabugal venho, por este meio, requerer informação sobre a inscrição orçamental do edifício da Expo- Sabugal (da ex- DACHE - Confecções, Lda).

Sobre o tema o documento orçamental, presente à Assembleia Municipal de 29/11/2021, apresenta a seguinte discrepância:

- Por um lado, aparece em Responsabilidade Contingente. Pergunto qual é o valor dessa responsabilidade contingente?
- Por outro lado, não aparece em Previsão de receita - Rendimentos de Propriedade. Porque não aparece, sendo uma previsão? E aparecendo qual deverá ser o valor a inscrever?

Apresento os meus melhores cumprimentos
Sabugal, 29 de dezembro de 2021

O Deputado Municipal

(José Alves Escada da Costa)

De: Jose Escada da Costa <jose.escadadacosta@gmail.com>
Enviado: 11 de janeiro de 2022 00:17
Para: Assembleia Municipal - Município do Sabugal; Isabel Gonçalves; Manuel Augusto Meirinho Martins
Assunto: Acesso às gravações áudio e vídeo das duas últimas sessões da Assembleia Municipal do Sabugal de 2021

Categorias: José Escada

Requerimento

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal

Assunto : Acesso às gravações áudio e vídeo das duas últimas sessões da Assembleia Municipal do Sabugal de 2021

No desempenho das minhas funções de Membro Eleito da Assembleia Municipal do Sabugal venho, por este meio, requerer o acesso às gravações áudio e vídeo das duas últimas sessões da Assembleia Municipal do Sabugal do ano 2021.

Apresento os meus melhores cumprimentos e votos de Feliz 2022
Sabugal, 11 de janeiro de 2022

O Deputado Municipal

(José Alves Escada da Costa)

Vânia Filipe

De: Jose Escada da Costa <jose.escadadacosta@gmail.com>
Enviado: 11 de janeiro de 2022 00:15
Para: Assembleia Municipal - Município do Sabugal; Isabel Gonçalves; Manuel Augusto Meirinho Martins
Assunto: Balanço das ultimas duas sessões da Assembleia Municipal
Categorias: José Escada

Exm^a Sr^a Dr^a Isabel Gonçalves

Agradeço que faça chegar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal a seguinte missiva:

Os meus melhores cumprimentos

Votos de Feliz Ano Novo

José Alves Escada da Costa

Exm^o Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal

No início de um novo ano permita-me que lhe expresse os meus votos de um Feliz 2022.

Passadas as Festas Natalícias tenho por hábito fazer uma reflexão sobre o balanço do ano por forma a equacionar ações de melhoria, correção de atitudes, mudança de linha de rumo, virar de página ...

Este ano, naturalmente, incluí, na análise, o desempenho das minhas funções de Membro Eleito da Assembleia Municipal do Sabugal.

Creio que ambos concordamos que as últimas Assembleias não foram modelares em termos de respeito pessoal, institucional e democrático.

Da minha parte considero, que não houve, intencionalmente, faltas de respeito pessoal e democrático. Considero o Sr. Presidente, que eu não tive o devido respeito institucional. Em sua opinião deveria ter-lhe dirigido, em primeira mão, as minhas propostas e requerimentos. Não as devia ter enviado, em simultâneo, a todos os interessados. Aceito o argumento institucional e peço desculpa. Atuei, desse modo, em respeito aos princípios que defendo e partilho. Na minha longa vida profissional, sempre cultivei o princípio da transparência e os sentidos da eficiência e da eficácia. Como regra geral de gestão sempre estabeleci que cada colaborador responsável de uma mensagem, de um documento, que interessava a várias pessoas, procedia, ele próprio, à difusão por todos. Sempre procurei incutir nos meus colaboradores o sentido da responsabilidade e do bom senso. Aceito, contudo, respeitosamente, a posição institucionalista do Sr. Presidente e, doravante, todas as minhas propostas, moções, pedidos de esclarecimento, requerimentos,... serão apresentados ou em Assembleia ou enviados, unicamente, ao Sr. Presidente.

Aproveito para informar que, conforme acordado, enviei, a 30 de dezembro, à Sr^a Dr^a Isabel Gonçalves o texto relativo ao meu Voto de Protesto, sobre a ata.

Em termos de respeito pessoal e de respeito pela democracia considero que os atropelos foram inúmeros, e passo a mencioná-los:

i) Após a Assembleia visionei vídeos de várias Assembleias, nomeadamente da Guarda. Em todos eles constatei posturas de independência, de isenção e de respeito pelos proponentes, por parte dos respetivos Presidentes. Moderadores, que informam e não influenciam. Referincio, nomeadamente, o atual Presidente da Assembleia da Guarda, Sr. Dr. José Relva, a anterior, Sr^a Dr^a Cidália Valbom. Envio links de comprovação, disponíveis no you tube:

<https://www.youtube.com/watch?v=DeZx2lhlz8o>
<https://www.youtube.com/watch?v=qU7Ocy3SYw>

Ao contrário, o Sr. Presidente do Sabugal considera que tem a dupla função de dirigir os trabalhos e de se comportar com qualquer outro Membro da Assembleia. Discordo Sr. Presidente. Nos termos regimentais, o Sr. Presidente tem aquelas funções superiores e não estas. O Sr. Presidente está confortável na postura, de duplicidade, que tem seguido. Lamento informá-lo que vou ser obrigado a continuar com a minha desconfortável postura de protestar;

ii) A minha Moção, não foi, contrariamente às boas regras parlamentares, apresentada por mim, mas sim, pelo Sr. Presidente, que em plena Assembleia apresentou, ele próprio, oralmente, uma outra alternativa, que não foi lida. As duas propostas não foram discutidas, tendo passado diretamente à votação;

iii) As minhas quatro propostas foram igualmente apresentadas pelo Sr. Presidente. Poderiam ter sido apresentadas, discutidas e votadas, em cerca de meia hora. Porém, o Sr. Presidente, bem conhecedor da arte da manipulação, monopolizou e alongou em demasia a intervenção. Falou em mais de 60% do tempo, numa tentativa de me colocar ao ridículo em face do tempo consumido. Contrariou, na totalidade, a utilidade das propostas. Usou e abusou, a seu favor, das facilidades que o online faculta ao Presidente, cortando a palavra. Humilhou-me perante toda a Assembleia com atitudes persecutórias e atentatórias da minha dignidade. Classificou-me com vários epítetos, nomeadamente, de iluminado ... Por fim, perante tanta proposta do Sr. José Escada, manifestou a sua exaustão no que foi secundado por outros membros da bancada PSD e PCP.

Curiosa essa exaustão Sr. Presidente porque a Assembleia acabou por demorar, mesmo assim, apenas às 4H:30. Só se compreende o cansaço porque as Assembleias do Sabugal são normalmente despachadas em menos de 3 horas. A norma é a unanimidade. Os votos contra são escassos.

Sr. Presidente permita-me que registre que as Assembleias da Guarda, demoram oito horas com uma hora de intervalo para almoço!

iv) Por fim, Sr. Presidente, contrariou a lei e o regimento ao não dar a palavra ao público, no final da sessão.

Pelo exposto, prevejo, Sr. Presidente, que, para condignamente cumprir o meu mandato, muito vou ter que protestar e denunciar publicamente a falta de respeito da Lei do direito da oposição.

Deixo ao critério do Sr. Presidente a distribuição desta missiva por todos os membros da Assembleia. Por mim pode fazê-lo e até agradeço.

Apresento os meus melhores cumprimentos. Renovo votos de Feliz 2022
Sabugal, 11 de janeiro de 2022

O Deputado Municipal

(José Alves Escada da Costa)

Vânia Filipe

De: Jose Escada da Costa <jose.escadadacosta@gmail.com>
Enviado: 16 de janeiro de 2022 08:05
Para: Assembleia Municipal - Município do Sabugal; Isabel Gonçalves; Manuel Augusto Meirinho Martins
Assunto: Requerimento sobre Lista de Águas Balneares em 2022
Categorias: José Escada

Requerimento JAEC nº 3/2022

Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Sabugal

Assunto : Lista de Águas Balneares em 2022

No desempenho das minhas funções de Membro Eleito da Assembleia Municipal do Sabugal venho, por este meio, requerer informação sobre Águas Balneares em 2022.

Atendendo a que a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) apenas lançou processo de Consulta Pública sobre a proposta da Câmara de seis (6) águas balneares no Concelho do Sabugal, para o ano 2022, a saber:

Albufeira de Alfaiates
Badamalos
Devesa
Ínsua – Vale das Éguas
Lameira – Quadrazais
Rapoula do Côa (pendente de parecer favorável)

Solicito informação da situação da Rapoula do Côa e, sobretudo, das razões da não apresentação de candidatura das restantes zonas de lazer / balneares: Malcata, Foios e Vale de Espinho?

Apresento os meus melhores cumprimentos
Sabugal, 16 de janeiro de 2022

O Deputado Municipal

(José Alves Escada da Costa)